



ISPA | Instituto Superior de Psicologia Aplicada

D. SEBASTIÃO

SOFIA GUIMARÃES BARROS DE SÁ

Orientador da Dissertação

Prof. Doutor Joaquim Eduardo Sá

Coordenador do Seminário de Dissertação

Prof. Doutor Joaquim Eduardo Sá

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Especialidade em Psicologia Clínica

2008/2009

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de Prof. Doutor Joaquim Eduardo Sá, apresentada no Instituto Superior de Psicologia Aplicada para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica conforme o despacho da DGES, nº 19673 / 2006 publicado em Diário da Republica 2ª série de 26 de Setembro, 2006.

Resumo

Este trabalho tem como objectivo uma análise da vida de D. Sebastião. Procuramos traçar o seu perfil psicológico, compreendendo a sua conjuntura familiar e emocional que, de modo incontornável, terá influenciado o seu percurso e, ainda, organizar o impacto que as suas figuras de referência desempenhariam no seu desenvolvimento. A partir da análise de documentos biográficos e históricos, encontramos relações pouco seguras e afectivas – influenciadas, mais do que pelo cariz emocional e vincutivo a D. Sebastião, pela preservação dos interesses do seu Reino - que teria estabelecido com as pessoas que lhe seriam mais próximas e o influenciaram na forma precipitada com que agia, entrando numa conduta ordálica.

As expectativas circundantes ao seu nascimento assinaram a forma megalómana como parecia viver: não obstante, a estes momentos de grande narcisismo se entrecruzarem períodos grande austeridade e isolamento. A forma inesperada como terá falecido deixou uma impressão digital inequívoca à identidade nacional, acarinhando o nascimento da palavra saudade.

Palavras-chave: D. Sebastião, narcisismo, conduta ordálica

Abstract

The objective of this paper is to analyze the life of D. Sebastião: to establish his psychological profile, to understand how his family and his emotional structure influenced his life and to comprehend the role his family played in his development. Based on the study of his biographies, that also included the unfolding of some historical moments; we realized that the relationships he built with those people who were closest to him were unsafe and without affection (they have probably only considered the country, and not the boy) and that they influenced the erratic way he acted, that we can also call ordálica conduct.

The expectations the country had towards him have influenced his megalomania, despite the fact that those moments were intercalated with moments of isolation. The unexpected way he died influenced the Portuguese identity, and the born of the word *saudade*.

Key-words: D. Sebastião, narcissism, ordálica conduct

Índice

Introdução	2
Apresentação do Caso – D. Sebastião.....	4
Antecedentes Familiares	4
A. A Bisavó	4
B. Os Avós	4
C. Os Pais.....	6
Antecedentes Pessoais: D. Sebastião	10
Análise do Caso	45
I. As figuras femininas na vida de D. Sebastião.....	45
II. As figuras masculinas de referência	51
III. A grandiosidade, euforia e narcisismo na vida de D. Sebastião	52
IV. As relações amorosas ao longo da vida de D. Sebastião	54
V. Homossexualidade ou filiação entre D. Sebastião e o padre Câmara.....	55
VI. Filipe II.....	59
VII. Os Reis de Portugal.....	60
VIII. Luto de D. Catarina	
63	
IX. Um crescimento coagido por D. Catarina e por D. Henrique	64
X. As dimensões superegóicas de D. Catarina e de D. Henrique	66
XI. D. Sebastião e o fim do Império	67
XII. D. Sebastião como peça fundamental na identidade portuguesa	68
Conclusão.....	70
Referências Bibliográficas	72
Anexos	74
Anexo A - Os Reis de Portugal que antecederam D. Sebastião	74
Anexo B – Genograma de D. Sebastião	76
Anexo C - Cronograma dos acontecimentos significativos da vida de D. Sebastião	

Introdução

D. Sebastião, nascido a 20 de Janeiro de 1554, em Lisboa, foi o décimo sexto monarca português e o penúltimo da dinastia de Avis. Apesar de ter sido aclamado Rei de Portugal em 1557, só começou, de facto, a governar o país aos 14 anos de idade. Em 1578, morreu em Alcácer Quibir, aos 24 anos, o menino desejado por um país que temia a conquista espanhola.

Com este trabalho pretende-se fazer uma análise da vida de D. Sebastião: traçar o seu perfil psicológico, perceber a conjuntura familiar e emocional que influenciou o seu percurso e, ainda, o impacto que as pessoas que o rodeavam terão tido no seu desenvolvimento. O desafio que se coloca não passa nem por elaborar outra biografia nem por fazer uma análise da época histórica em que viveu mas, embora não a ignorando, percebê-lo (nos seus dilemas humanos), inserindo-o numa perspectiva de estudo que se pretende que seja transversal a todas as eras.

Este trabalho tem como base uma investigação qualitativa, aproximando-se duma metodologia de estudo de caso. Uma investigação qualitativa implica a descrição e a interpretação de fenómenos e de realidades (Yin, 2002), o que nos permitirá uma aproximação, tendencialmente, mais consistente ao sujeito (Yin, 2002). Assim, neste tipo de abordagem privilegiam-se as características individuais de cada caso, contextualizando-o no seu ambiente social único, considerando-o como essencial para a sua compreensão (Yin, 2002). Neste contexto, o conceito de estudo de caso, ao nível do procedimento, representará, de alguma forma, uma espécie de estudo exploratório individual do qual, por sínteses sucessivas, se poderá aceder a conclusões que compatibilizem a complexidade duma análise com a simplicidade dos resultados que nos surpreendam.

Não obstante, a compreensão da realidade será, sempre, incompleta, uma vez que a investigação permite apenas que a ela se aceda por aproximação, sendo, para isso, necessário que se recorra ao maior número de fontes de informação possível (Ribeiro, 2007).

No que diz respeito ao estudo que se desenvolve neste trabalho, haverá, no entanto, dois constrangimentos: o primeiro, ressalta do facto de, em rigor, não se tratar dum caso, no sentido de se ter acedido à história de vida de D. Sebastião através de ensaios históricos; o segundo, os relatos relacionados directamente com a vida de

D. Sebastião são escassos, o que poderá condicionar o número de fontes de informação *a priori* requeridas num estudo de caso. Todavia, e depois de ponderadas essas limitações, considerou-se que o objectivo do trabalho prevaleceria sobre esses riscos.

Dada a impossibilidade de recorrer à observação directa, ao longo deste trabalho serão relatados episódios verídicos, fundamentados em documentos históricos considerados credíveis. Não é, porém, um trabalho especulativo ou, unicamente, de reflexão teórica: o objectivo deste estudo relaciona-se com o que alguns autores designam como psichistória, indo no sentido do delineamento dum perfil psicológico e duma rede de relações que para ele convergem.

Não obstante, este trabalho assemelha-se a um estudo de caso, dada a natureza das questões que se colocam (*como e porquê*) e o facto de se inserir num contexto de vida real. Além disso, tal como o estudo de caso convencional, este trabalho baseia-se numa investigação que resguarda as especificidades holísticas e importantes dos acontecimentos da vida real (Yin, 2002).

Que sentido terá, por fim, num seminário de dissertação que estaria centrado, preferencialmente, em torno da psicologia clínica da criança e do adolescente, um estudo acerca da vida de D. Sebastião? Será razoável que se aplique a uma história de vida – como a de D. Sebastião – o modelo da análise dinâmico? Que utilidade se poderá retirar dum estudo como este?

A análise das intercorrências da infância de D. Sebastião inserem-se, irrevogavelmente, no perímetro duma análise clínica das problemáticas da infância e da adolescência. Para mais, o modelo dinâmico, ao fazer convergir várias disciplinas numa síntese integrativa, permite configurar linhas de leitura que possibilitarão - de um modo mais compreensivo e consistente – aceder ao perfil psicológico do sujeito objecto deste estudo. Sujeito este que ocupa um lugar central no imaginário colectivo português, podendo perceber-se o seu nome como um símbolo que condensa boa parte da identidade portuguesa.

Apresentação do Caso – D. Sebastião

Antecedentes Familiares

A Dinastia de Avis, ou Dinastia Joanina, foi a segunda dinastia a reinar em Portugal, entre 1385 e 1581-1582. Teve início no final da crise de 1383-1385, quando o Mestre da Ordem de Avis, D. João, filho natural de el-rei D. Pedro I, foi aclamado Rei nas Cortes de Coimbra. D. Sebastião foi o último rei desta dinastia.

A. A Bisavó

D. Joana, a Louca

A bisavó de D. Sebastião, D. Joana, a Louca, viveu quarenta e seis anos fechada em Tordesilhas, longe do mundo. O seu estado de desequilíbrio emocional teve origem num desgosto amoroso, que fez com que fosse enclausurada, e assim permanecesse durante o resto dos seus dias. De acordo com Alonso-Fernández (cit. por Baños-Garcia, 2006), D. Joana sofreria de esquizofrenia, com consequentes alterações da personalidade, que levavam a que os momentos de lucidez fossem, ao longo do tempo, cada vez menos.

Para que não estivesse sozinha, a sua filha, D. Catarina de Áustria, avó de D. Sebastião, foi mantida com a mãe em reclusão, donde saiu, apenas, para casar com o Rei de Portugal, o que deixou D. Joana desesperada. A rainha D. Joana acabou por morrer, sozinha, a 1 de Abril de 1555, com 75 anos (Baños-Garcia, 2006).

B. Os Avós

D. João III e D. Catarina de Áustria (os avós portugueses)

No dia 14 de Janeiro de 1507, durante o transporte do corpo do seu pai, D. Filipe I de Espanha, o *Formoso*, nasce D. Catarina de Áustria. A mãe, D. Joana, a *Louca*, tendo recusado separar-se do marido, acompanhou o transporte, apesar de se encontrar na recta final da sua gravidez. Quando a mãe foi enclausurada, D. Catarina de Áustria fez-lhe companhia, o que fez com que a sua vida lembrasse uma clausura, até que, aos 18 anos de idade, se casa com D. João III (Cruz, 2006).

D. Catarina de Áustria provou ser uma política exímia, exercendo o seu cargo como poucos reis o haviam feito antes dela tendo, finalmente, conquistado o

seu lugar na governação do reino, aquando da morte do marido. De facto, já em criança, era tida como sendo bastante perspicaz e ponderada (Cruz, 2006).

Em 1557, morre o Rei de Portugal, e avô de D. Sebastião, vítima de um ataque de apoplexia. D. João III, desde pequeno, passava grandes períodos no Convento de Nossa Senhora da Serra. A grande religiosidade foi um dos aspectos mais relevantes do reinado de D. João III, que procurou a unidade religiosa católica e a exaltação pública. Era sensível, humano, caritativo, austero e virtuoso, segundo Baños-Garcia (2006).

D. João III encontrava-se doente há algum tempo, sendo que, nos meses que precederam a sua morte, a sua saúde se deteriorou gravemente, tendo-se visto “obrigado” a delegar as suas funções na sua esposa, D. Catarina de Áustria. Esta tarefa não era estranha a D. Catarina de Áustria, que já se associava activamente na governação do reino, nomeadamente, participando nos encontros de Conselho de Estado. A morte de D. João III foi, porém, repentina (Cruz, 2006).

Sem deixar testamento, a regência do reino, por morte de D. João III, fica ao cuidado de D. Catarina de Áustria, sua viúva e avó de D. Sebastião. D. Catarina de Áustria não vacilou com a morte do marido e tomou conta do reino, com pulso firme, pretendendo ser a regente da corte até que o seu neto perfizesse os 20 anos de idade. A morte do Rei de Portugal, em 1557, implicou que D. Catarina de Áustria ficasse, também, responsável pela educação do futuro rei de Portugal. No entanto, houve, desde logo, uma fracção da corte portuguesa, que não via com bons olhos que esta educação liderada por uma espanhola, e que defendia que D. Sebastião deveria ser educado pelo cardeal D. Henrique (Baños-Garcia, 2006).

A relação entre D. Catarina de Áustria e o cardeal D. Henrique era conflituosa. A rainha, porém, nomeou-o como adjuvante oficial da instrução e educação do seu neto, por questões mais diplomáticas do que pelo seu neto (Baños-Garcia, 2006). A cooperação entre os dois, na governação do reino e na educação de D. Sebastião, permitia um equilíbrio entre aqueles que eram os interesses de Portugal e os interesses da coroa espanhola. Os dois, não obstante, estavam de acordo no que dizia respeito à importância da vida religiosa (Cruz, 2006).

D. Henrique (o tio-avô português)

D. Henrique era um homem de estatura média, descurado e com uma saúde sensível. Seria um homem culto, humanista, conhecedor de latim, hebraico e grego, a quem, aos catorze anos, foi designada uma vida eclesiástica, que desenvolveu com rigor e dedicação. Permitia-se a vaidades e parecia gozar das vantagens que o poder lhe trazia. Era alvo de amplas atenções públicas, muito devido à sua saúde frágil, situação que nunca permitiu descurar as suas responsabilidades religiosas, respeitando o celibato exigido pela sua carreira. Não obstante, D. Henrique não deixou de ter os seus próprios projectos, almejando enfraquecer a reputação de D. Catarina de Áustria (Baños-Garcia, 2006).

C. Os Pais

D. João Manuel e D. Joana de Áustria

Os pais de D. Sebastião casaram-se no dia 11 de Janeiro de 1552 - o pai tinha 14 anos e a mãe tinha 16. O casamento, porém, só se terá consumado quase um ano depois. O noivo, o príncipe D. João Manuel, é filho de D. Catarina de Áustria e de D. João III – Rei de Portugal; e herdeiro do trono de Portugal. A noiva é D. Joana, Princesa de Espanha, filha do Imperador e Rei de Espanha, Carlos V, e de D. Isabel, infanta de Portugal e filha de D. Manuel, além de ser irmã do pai do noivo, D. João III (Baños-Garcia, 2006).

Segundo Cruz (2006), os relatos da época afirmam ter havido um entendimento perfeito entre os dois jovens cônjuges. Joana de Áustria era uma jovem mulher atraente, muito religiosa (frequentava duas missas por semana) e culta. A infanta tocava vários instrumentos musicais, era boa cantora e, com 8 anos, demonstrava ser conhecedora hábil do castelhano e do latim. Não obstante, era uma pessoa de expressão severa, pouco sorridente, que não parecia ser capaz de ter uma boa relação com D. Catarina de Áustria.

Por sua vez, D. João Manuel era um jovem bonito: tez clara, cabelos louros e rosto harmonioso. Homem alto e, apesar de, em pequeno, ter alguma tendência para a obesidade, bem constituído. Grande apreciador das letras, cultivava essa sua paixão

relacionando-se de perto com poetas e letrados. Tinha, porém, um temperamento difícil, com tendência para a cólera, sendo que aos 7 anos manifestava grandes ataques de fúria (Cruz, 2006).

As várias doenças de que sofreu enquanto criança fizeram com que tivesse uma saúde fragilizada (Baños-Garcia, 2006). D. João Manuel foi uma criança enferma, débil e, segundo Cruz (2006), um pouco atrasada. Mamou até aos 3 anos de idade, e terá sido, por volta dessa altura, que começou a falar, anulando as suspeitas de que seria mudo. Posteriormente, já durante as negociações do seu próprio casamento, D. João Manuel adoeceu gravemente por duas vezes.

Pouco tempo depois de se saber que D. Joana de Áustria estava grávida, D. João Manuel fica seriamente doente, acabando por falecer a 2 de Janeiro de 1554, aos 17 anos, apenas dias antes do nascimento do seu filho. A sua morte, segundo Baños-Garcia (2006), ter-se-á devido a uma diabetes juvenil, provavelmente agravada por uma frequente actividade sexual.

A sua mulher, D. Joana de Áustria, só soube da sua morte após o nascimento do filho de ambos. D. Joana de Áustria terá ficado de tal forma abalada por ter perdido o homem de quem gostou tanto, que vestiu o luto permanente, decisão que a acompanhou pelo resto da vida. A partir desse momento, D. Joana de Áustria renunciava a todas as vestes e ostentações, distribuindo-as por quem mais necessita, alimentando-se das recordações da curta relação com o seu marido (Baños-Garcia, 2006).

A morte do marido fragilizava a sua situação em Portugal. Sendo castelhana, D. Joana de Áustria era vista como altiva, de personalidade forte, qualidades – à altura - impróprias para uma mulher. D. Joana de Áustria seria parecida com o seu irmão, o príncipe de Espanha, Filipe II, que tenderia para o isolamento, distanciando-se dos outros com traços de alguma arrogância, o que desencadearia repercussões negativas nas pessoas que com ela privavam. Assim, D. Joana de Áustria passaria muito tempo afastada da corte, preterindo as suas relações sociais em prole do seu oratório privado, local eleito para chorar a perda (Baños-Garcia, 2006).

O seu irmão manifestava gosto no seu regresso a Castela, possibilidade contemplada nos contratos matrimoniais. Na verdade, era habitual existir uma cláusula que estipulava que, em caso de morte dos príncipes, as suas viúvas, se assim desejassem, poderiam regressar ao seu país de origem, acompanhadas pela respectiva

comitiva. Assim, D. Joana de Áustria deixa definitivamente Portugal, quatro meses após o nascimento de D. Sebastião, deixando-o ao cuidado de amas-de-leite. Assim, a 16 de Maio, não só abandona Portugal, como terá sido o último dia que beijou o seu próprio filho (Baños-Garcia, 2006; Cruz, 2006).

Assim que se reinstala em Castela, D. Joana de Áustria terá sido nomeada governadora, pelo imperador Carlos V, seu pai e de D. Filipe II, enquanto o seu irmão se dirigia a Inglaterra com a intenção de se casar. Este título implicaria a tomada de decisões sobre questões, sociais ou políticas, que eram, para D. Joana, completamente desconhecidas. Este novo título, no entanto, não terá alterado o seu modo de vida, em quase-reclusão: a preferência pelo isolamento, não se permitindo a menor ostentação de riqueza; a desistência em tocar (sua actividade de eleição em criança); e a opção por uma vida modesta. Diz-se, inclusivamente, que D. Joana de Áustria, esconderia a face atrás de um véu, perante audiências públicas. Assim, não deixa de ser curioso o contraste que parece existir entre a firmeza com que toma as decisões e a submissão às decisões do irmão (Baños-Garcia, 2006; Cruz, 2006).

Aproximadamente nesta altura, D. Joana de Áustria teria ingressado, em segredo e em condições muito específicas, na Companhia de Jesus. Data em que terá dado início à sua obra, porventura, mais marcante – o convento das *Descalzas Reales* (Cruz, 2006). Terá sido mera coincidência o facto de D. Joana de Áustria ter designado com nome idêntico ao convento em que se tinha despedido do seu filho, este convento que ocupava a nova companhia, em Madrid - *Convento Nossa Senhora da Consolação*?

D. Joana de Áustria manter-se-ia a par do crescimento do filho, sito em Portugal, através de enviados e comunicações epistolares, à corte Lisboeta. Procurava manter esta proximidade através da comemoração, todos os anos, a 20 de Janeiro, de uma grande festa em homenagem ao filho - da qual era anfitriã - convidando, para o efeito, todas as pessoas da corte (Baños-Garcia, 2006).

Aquando da morte de D. João III, avô do seu filho, D. Joana de Áustria envia uma carta a D. Catarina de Áustria onde, entre outras coisas, demonstrava particular interesse em participar nas decisões relativas à vida e educação do mesmo. Mas, por vontade de Carlos V – pai de D. Joana de Áustria -, essa carta nunca chegou a Portugal, perante a aparente incontestação de D. Joana de Áustria. D. Joana de Áustria não visitava o filho, nem D. Sebastião a visitava. Ambos, porém, trocavam cartas em

que se mostravam afectuosos um com o outro (Baños-Garcia, 2006).

Em 1568, D. Joana de Áustria concordou com a proposta do irmão para se casar com o seu sobrinho, herdeiro da coroa espanhola, o que não viria a concretizar-se. Neste entretanto, a saúde de D. Joana de Áustria ter-se-á fragilizado consideravelmente, padecendo de violentas hemorragias, o que a terá afastado, progressivamente, da vida pública, procurando descanso no mosteiro das *Descalzas Reales*. Só em 1573, já quando D. Joana de Áustria se encontrava muito doente, se tentou que D. Sebastião visitasse D. Filipe II, o que lhe permitiria o encontro com sua mãe. Todavia, a visita nunca se terá chegado a concretizar, por falta de interesse do tio do Rei de Portugal. A mãe de D. Sebastião – D. Joana de Áustria – viria a falecer nesse mesmo ano (Baños-Garcia, 2006).

Antecedentes Pessoais: D. Sebastião

D. Sebastião nasce a 20 de Janeiro de 1554, num clima de grande entusiasmo nacional: nascia o novo herdeiro do trono português, o que permitiria a Portugal escapar à alçada de Espanha. Terá sido imediatamente apelidado, pelo povo português, de o *Desejado* (Baños-Garcia, 2006). De facto, este menino representaria, para um país inteiro, a possibilidade de um outro destino que não a ocupação espanhola - menino considerado, por isso mesmo, miraculoso (Cruz, 2006).

D. Catarina de Áustria e D. João III tiveram nove filhos. Apesar desta numerosa prole, D. Sebastião, é o único neto do tronco varonil, que irá suceder a D. João III. A morte tinha ceifado todos os filhos do monarca, o que ameaçava a continuidade da Dinastia de Avis. Assim, D. Sebastião representaria o único reduto da independência de Portugal (Baños-Garcia, 2006).

O pequeno Sebastião terá sido baptizado a 28 de Janeiro. Como padrinhos: o seu avô, D. João III, e o irmão deste, D. Luís, duque de Beja. Como madrinha: a sua avó, D. Catarina (Baños-Garcia, 2006). Posteriormente à cerimónia do baptizado, dá-se início ao luto oficial pelo recém-falecido Príncipe João Manuel, luto que a viúva do mesmo, de 18 anos, manterá até ao final dos seus dias (Cruz, 2006).

Quatro meses após o seu nascimento, D. Sebastião *despede-se* definitivamente de sua mãe, no Convento da Nossa Senhora da Consolação¹, ficando, assim, entregue aos cuidados dos avós paternos. Os seus primeiros anos de vida foram passados em companhia feminina, uma vez que cresceu nos aposentos da Rainha (Cruz, 2006).

Aos três anos de idade, ante a morte do seu avô, D. João III, D. Sebastião é aclamado Rei de Portugal, posição que viria a ocupar activamente onze anos mais tarde. Na sua cerimónia de aclamação, ter-lhe-á sido entregue o ceptro de ouro, que, com a ajuda de D. Lopo de Almeida, D. Sebastião, segurou durante toda a cerimónia (Cruz, 2006).

D. Sebastião é, então, intitulado:

Rei de Portugal e dos Algarves d'Aquém e d'Além Mar em África,

¹ Mais tarde, D. Joana irá fundar uma ordem religiosa, as Descalças Reais, cuja igreja se chamaria Convento da Consolação, onde ficariam guardados os retratos de D. Sebastião que mandaria fazer anualmente.

Senhor da Guiné e da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia (Cruz, 2006).

O menino de três anos herdava, assim, um vasto império que o seu avô - herdou de seu pai - manteve e alargou nos trinta e nove anos enquanto se manteve Rei de Portugal. Nunca, antes dele, tinha um Rei de Portugal herdado um reino tão imenso. Contudo, com esta imensidão herda também as preocupações de soberania e acautelamento de independência, já que, como qualquer império, este não era um império pacífico, uma vez que se encontrava permanentemente ameaçado de invasões externas (Cruz, 2006).

D. Sebastião tinha cabelo louro, olhar ingénuo e rosto agradável. Era uma criança cheia de vida, muito dado a brincadeiras e jogos, mostrando inteligência, que pontuava com ataques de cólera. Seria possuidor de uma personalidade mais próxima ao lado materno, partilhando com a mãe características do seu temperamento, nomeadamente, a infantilidade, a violência, a piedade e a obsessão (Baños-Garcia, 2006).

D. Sebastião, segundo consta nos relatos históricos, terá dormido e comido nos aposentos da rainha, até aos nove anos de idade. A sua avó procurava assim vigiar de perto a vida do seu neto. Esta proximidade entre ambos era vista com alguma preocupação e, mesmo, desaconselhada pelos educadores de D. Sebastião, designados para o ofício pelo cardeal D. Henrique, já que temeriam que esta pudesse viciar a sua personalidade, quedando o futuro Rei dependente da mesma (Baños-Garcia, 2006). D. Sebastião contava com a avó como uma figura que insistia em estar sempre presente na sua vida. Relação que, claramente, contrastava com aquela mantida entre o infante e sua mãe, D. Joana de Áustria, assente na distância, possível apenas com o auxílio de terceiros, jamais transformando-se numa realidade física (Cruz, 2006).

O comportamento perante D. Sebastião alterou-se, drasticamente, aquando da morte do avô e, com a sua subsequente aclamação a Rei de Portugal, uma vez que todos os contactos dirigidos a si deveriam obedecer a um protocolo rígido que empreendia uma etiqueta obrigatória. Entre outras alterações implicava, por exemplo, que de cada vez que D. Sebastião passeava deveria ser acompanhado dos principais elementos da casa da Rainha, de forma a não haver equívocos quanto a quem se passeava e a companhia feminina era desincentivada a participar nestes passeios. Quem lhe pretendesse prestar vassalagem deveria fazê-lo pela seguinte ordem:

primeiro ao pequeno Rei; segundo, à rainha regente; terceiro, a D. Henriques e, finalmente, aos restantes elementos da família e, assim, consecutivamente (Cruz, 2006).

Um dos assuntos em que parecia impossível gerar consenso, entre D. Catarina de Áustria e D. Henrique, e respectivos apoiantes, seria a formação da Casa de D. Sebastião. Para tornar ainda mais complexa esta situação, D. Joana de Áustria insistia, igualmente, em ser parte activa no processo de escolha, tendo, inclusivamente, posto a hipótese de se deslocar a Portugal para exercer aquele que considerava ser um dos seus direitos, enquanto mãe de D. Sebastião (Cruz, 2006). Deslocação que não se veio a verificar.

Para integrar a Casa de D. Sebastião, foram escolhidos, para aia e aio, respectivamente, D. Joana de Meneses² e Aleixo de Meneses³, seu irmão (Baños-Garcia, 2006). Esta última escolha foi, de acordo com Cruz (2006), a menos contestada, uma vez que correspondia a um desejo expresso pelo falecido D. João III. Ficou, neste contexto, estabelecido que D. Aleixo iniciaria o desempenho das suas funções logo que o Rei completasse os cinco anos de idade, ainda que o tivesse feito um ano mais cedo.

Aleixo de Meneses era, à altura em que ocupou o cargo, um homem de idade avançada, que se havia distinguido nos empreendimentos militares em que participara, mais precisamente, em Marrocos e na Índia. Apesar de ter sido uma das figuras apontadas como possível vice-rei da Índia, D. João III confiou-lhe o cargo de embaixador de Portugal na corte espanhola. D. Aleixo tinha já desempenhado o cargo de aio da infanta D. Maria Manuela, filha de D. João III e de D. Catarina de Áustria, que viria a falecer enquanto este se encontrava no exercício das suas funções, facto que o terá levado a recusar o convite de D. João III para se encarregar da educação de D. Sebastião, que, além de possuir uma natureza débil, seria o herdeiro da coroa portuguesa (Cruz, 2006).

D. Aleixo viria a ser uma pessoa muito presente na vida de D. Sebastião, até ao momento em que este atingiu a maioridade: os catorze anos. Até essa idade seria, D. Aleixo, responsável não só pelo seu desenvolvimento e crescimento intelectual e físico (supervisionando as lições que lhe eram dadas), como também estaria na sua

² Filha do primeiro conde de Cantanhede (Baños-Garcia, 2006).

³ Figura que se tinha destacado em inúmeras campanhas em África e na Ásia (Baños-Garcia, 2006).

dependência o desenvolvimento enquanto indivíduo, prezando por qualidades como a força de carácter. O cargo por si ocupado permitia-lhe presenciar as conversas particulares mantidas entre D. Sebastião e sua avó (Cruz, 2006).

Como instrutor, a opção recaiu sobre o frade jesuíta Luís Gonçalves da Câmara, a pedido de D. Henrique, entre outros, decisão da qual, mais tarde, se veio a arrepender D. Catarina de Áustria. Luís Gonçalves da Câmara era um homem de confiança de D. João III, tendo desempenhado o papel de seu confessor. Apesar de toda esta relação de confiança com o Rei antecessor esta não deixou de ser uma escolha controversa, dada a importância da escolha do mestre de D. Sebastião, responsável pela sua disciplina intelectual e moral (Baños-Garcia, 2006; Cruz, 2006).

Apesar da dificuldade em criar consensos quanto à educação de D. Sebastião, tanto D. Henrique como D. Catarina de Áustria pareciam estar de acordo relativamente à importância de ser um homem pertencente a uma ordem religiosa o eleito para cargo de mestre. De facto, ambos elegiam como fundamental a formação religiosa. A questão colocava-se entre ser jesuíta, ou dominicano ou agostinho, posições defendidas por D. Henrique e D. Catarina de Áustria, respectivamente. Todos os candidatos seriam castelhanos (Cruz, 2006).

Esta decisão, tomada em dois Conselhos de Estado, contou com a participação de D. Aleixo de Meneses que, contrariamente a muitos elementos do Conselho, partilhava da opinião que a escolha deveria recair sobre um homem religioso, com as mais altas virtudes, porque, inevitavelmente, iria influenciar o futuro Rei de Portugal. Não esqueceu, no entanto, que este tipo de homem não seria o melhor conselheiro militar ou político (Cruz, 2006).

O padre Luís Gonçalves da Câmara, à data destas deliberações, decorria o ano de 1559, encontrava-se em Roma, onde ocupava um cargo no Conselho Supremo da Companhia de Jesus. O responsável por esta ordem religiosa, porém, assim como o padre eleito pelo governo português, eram da opinião de a corte e tal posto não estarem de acordo com a filosofia que partilhavam, temendo as consequências, a longo prazo, para a ordem (Cruz, 2006).

Apesar de ser reconhecido pela sua capacidade retórica, Luís Gonçalves da Câmara não convenceu o governo português a libertá-lo de tal função, tendo, assim, assumido o cargo no ano de 1560, altura em que teria, aproximadamente, 40 anos de

idade (Cruz, 2006).

Luís Gonçalves da Câmara, para além de mestre em Artes, era conhecedor de Filosofia e Teologia, Latim, Grego e Hebraico, que aprendeu em Paris. Tinha, contudo, fama de ser um obtuso defensor das doutrinas pilares da Companhia de Jesus. Fisicamente, não seria um homem bonito, o que se acentuaria com a sua gaguez e a sua única vista (já que teria perdido a visão de um olho) (Cruz, 2006).

As aulas de D. Sebastião decorriam no Paço da Ribeira, e Luís Gonçalves da Câmara contava com o auxílio do padre Amador Rebelo, cuja função era ensinar a leitura e a escrita. Três anos depois do início das aulas, outro jesuíta partilhou também das funções de professor, desta vez de Latim e de encarregado dos companheiros de D. Sebastião. Havia, entre o menino de 6 anos e os seus três mestres grande proximidade, assim como com os seus companheiros de escola (Cruz, 2006).

As aulas seriam divididas pelas manhãs e pelas tardes. De acordo com Cruz (2006),

D. Sebastião sentava-se numa cadeira de espaldar, enquanto o padre Câmara e D. Aleixo de Meneses, (...) que assistia sempre à aula, se sentavam em cadeiras rasas. Já o padre Amador Rebelo tinha de ficar de joelhos, pois era ele quem (...) ensinava D. Sebastião a pegar na pena e a formar a letra. Antes de começar uma lição, D. Aleixo lia o texto seleccionado para cópia e, caso não concordasse com ele, ordenava aos mestres que escolhessem outro, tido por mais conveniente. (...) Terminada a lição, ao fim de uma hora, (...) o mestre saía sem voltar a trocar uma palavra que fosse com o aluno.

D. Aleixo de Meneses não descurou o ensino do uso das armas. De facto, juntamente com fidalgos da Casa de D. Sebastião, D. Aleixo introduziu, precocemente, D. Sebastião no exercício das armas e outros que permitissem que se tornasse num excelente cavaleiro (caça, lutas, equitação, etc.) (Cruz, 2006).

D. Sebastião era um aluno aplicado, com aptidões para aprender, curioso e interessado nas mais distintas disciplinas, sendo duas das suas preferidas a Cosmografia (da qual era muito conhecedor) e a Dialéctica. D. Aleixo afirma que D. Sebastião tinha grande facilidade em aprender, principalmente, o que tinha um carácter religioso. Um dos métodos utilizados na educação do rei, bem ao gosto dos

jesuítas, seria a teatralização dos conteúdos programáticos (Cruz, 2006).

O rei português marcaria presença assídua em debates escolares, que tinham lugar em colégios ou universidades, como seria o caso da Universidade de Évora, onde D. Sebastião se delicia a assistir a debates teológicos. A educação de D. Sebastião seguiria duas orientações distintas, a da avó e a do tio-avô, que, muitas vezes, entravam em confronto, de ordem política ou ideológica. Também a personalidade de D. Sebastião parece ter duas posições distintas, oscilando entre a piedade e a sua sede de guerra (Baños-Garcia, 2006).

D. Sebastião aprendeu a ler, a escrever, as Humanidades, as Matemáticas, progredindo rapidamente. Fisicamente, procurava o domínio de todo o tipo de armas praticando exercício físico com regularidade, nomeadamente atletismo, equitação (durante várias horas seguidas, chegando a levar o cavalo à exaustão). Cedo aprendeu a arte da caça - tendo morto o seu primeiro javali, aos onze anos; que, paralelamente à equitação representariam os seus exercícios preferidos. Todos os seus triunfos eram aplaudidos (Baños-Garcia, 2006).

D. Sebastião ia, assim, crescendo. Cada vez mais fechado nas suas opiniões, mostrando-se cada vez menos permeável aos juízos das outras pessoas, ao mesmo tempo que se ia tornando vaidoso. As narrativas que ouvia sobre os empreendimentos bélicos, nomeadamente os dos seus antepassados em África, criaram, em si, uma grande vontade de reproduzir esses feitos, que o conduziriam à glória. De facto, a recuperação de colónias e o desejo de alargar o reino em terras africanas tornou-se num dos principais sonhos e objectivos de D. Sebastião, enquanto Rei de Portugal (Baños-Garcia, 2006). No entanto, Luís Gonçalves da Câmara reconhecia que o rei português tinha propensão para os exageros, mesmo em relação a assuntos religiosos, sendo necessário, por vezes, a sua contenção.

Parecia ser, a D. Sebastião, difícil o relacionamento com as mulheres. Mostrava-se, aparentemente, pouco sensível à questão do seu futuro casamento e, extremamente, pudico. Se, aliado a isto, se tomar em consideração a sua sólida formação religiosa, não deixa de ser curioso, percebermos que, ainda assim, tudo isto não o impediria de fazer coisas que não seriam do agrado dos padres jesuítas, como os jogos ou as touradas (Cruz, 2006).

Verificamos assim que por influência da avó e, provavelmente também do

seu tio-avô, D. Sebastião, desde muito cedo, manifestou uma grande religiosidade - reforçada pelo seu instrutor, que o fomentaria no cumprimento dos deveres que teria enquanto cristão. De facto, o padre Luís Gonçalves da Câmara - seu instrutor - foi uma pessoa muito importante para D. Sebastião que, segundo consta, terá sentido e chorado mais a sua morte do que a morte da sua avó (Baños-Garcia, 2006).

A sua devoção religiosa traduzir-se-ia na assiduidade à missa, comungando frequentemente, insistindo, desde muito cedo, em jejuar na Quaresma e na prática de sacrifícios e privações em nome de Deus. Quando finalmente assumiu o controlo do reino, D. Sebastião encarrega-se, de forma consistente, da conversão dos infiéis das colónias (Baños-Garcia, 2006).

Segundo Cruz (2006),

D. Sebastião todos os dias ouvia uma missa, com excepção do sábado, em que ouvia duas, sendo que, numa delas, fazia o ofício de sacristão, ajudando a dar as galhetas ao sacerdote e a mudar o missal; confessava-se de oito em oito dias; reverenciava crucifixos e imagens de santos e tinha especial prazer em acompanhar o viático, não perdendo ocasião de se integrar no séquito sempre que ouvia tocar as campainhas; com apenas 7 anos, tirava o barrete sempre que ouvia o nome de Cristo, porque sabia que o papa assim procedia, e aos 9 anos já queria jejuar (...) manifestando a intenção de vir a ser um «capitão Deus», um rei casto e zeloso da fé cristã, que prometia espalhar por todo o mundo.

A primeira vez que se confessou com Luís Gonçalves da Câmara, D. Sebastião contava com pouco mais de seis anos. Era seu apanágio vestir de forma discreta, todo de preto, de modo a evitar ostentações (Cruz, 2006).

Os seus educadores sempre adoptaram uma atitude adulatora, perante D. Sebastião, idolatrando-o (Baños-Garcia, 2006). Estes desempenhariam o seu papel até que o rei atingisse os 12 anos, altura em que acabaria a sua educação literária; no entanto, as ligações que o rei manteve aos seus mestres não se quebrariam, sendo que estes viriam a desempenhar outras funções na corte (Cruz, 2006). Por exemplo, no caso do seu confessor, o padre Luís Gonçalves da Câmara, quando, anos mais tarde, deixou de ser confessor do rei, sendo substituído pelo padre Maurício Serpe,

continuou a ser presença assídua na vida de D. Sebastião, por exigência do próprio (Cruz, 2006).

D. Henrique – quem, apesar de não ter sido nomeado regente, não deixou de ter grandes projectos políticos - procurava, sistematicamente, influenciar a educação de D. Sebastião, tentando evitar que este se tornasse susceptível a influências castelhanas (Baños-Garcia, 2006).

Enquanto crescia, D. Sebastião, parecia ter liberdade para assumir todo o tipo de projectos e, desde cedo, a sua tendência para empreendimentos bélicos foi reforçada e encorajada. Paralelamente, D. Sebastião ia-se progressivamente afastando da avó - D. Catarina de Áustria - o que a perturbava. O motivo deste distanciamento seria a desaprovação sobre esta educação, o que dificultaria o cumprimento das suas funções enquanto regente (Baños-Garcia, 2006).

Em 1560, D. Catarina de Áustria mostra-se interessada em abandonar a regência do país, queixando-se do cansaço que sente, da sua idade avançada, da sua saúde e da necessidade de, tal como Carlos V, ocupar os seus restantes anos na preparação espiritual para a morte. Popularmente, a regente não seria muito apreciada, sobretudo pelas suas tendências para actuar de acordo com o interesse da vizinha Castela (Cruz, 2006).

Lourenço Pires de Távora, seria uma das figuras proeminentes da sociedade portuguesa manifestamente opositora à regente, que chegou a corresponder-se com D. Joana de Áustria, pedindo-lhe que regressasse a Portugal, para que se pudesse ocupar da educação do futuro rei português. Regresso que efectivamente terá sido ponderado, mas nunca concretizado (Cruz, 2006).

A 23 de Dezembro de 1562, D. Henrique inicia oficialmente funções como novo regente de Portugal, até que D. Sebastião - à altura com 8 anos de idade - atingisse os 14 anos, e não os 20 como decidido aquando da posse de D. Catarina de Áustria. No entanto, e apesar de ter renunciado ao título de regente, D. Catarina de Áustria continuaria a ser tutora do neto. Esta regência – de D. Henrique – seria conhecida pela adopção de medidas de sucesso para a recuperação do sistema financeiro português. Apesar das pressões pelas Cortes, D. Henrique não substituiria os mestres de D. Sebastião (Cruz, 2006).

Em 1563, D. Sebastião fica doente dos rins, sem se saber exactamente qual o

mal de que padecia. Teria 9 anos, era Verão, e não se deu muita importância ao episódio. No dia 15 de Setembro do mesmo ano, D. Sebastião, terá deixado os aposentos da avó e passado para os seus, com um ambiente bem mais masculino do que o anterior (Cruz, 2006).

Esta mudança não terá impedido que D. Catarina continuasse o seu apertado controlo sobre o neto, mantendo-se sempre atenta. De facto, D. Sebastião visitava a avó todos os dias. Contava-lhe como teria corrido a escola e ela ensinava-lhe o que um futuro rei de Portugal deveria saber. Nem nestas visitas perderia o seu lado austero e rigoroso. Faria, ainda, questão de acompanhar o neto nas visitas que este fazia com o cardeal a propósito de assuntos políticos e, sempre que não lhe era possível marcar presença, seria substituída pelo embaixador castelhano, D. Alonso de Tovar (uma vez que estas viagens com D. Henrique seriam, aos olhos dos apoiantes de D. Catarina de Áustria, uma tentativa de o afastar da influência desta) (Cruz, 2006).

Em Abril de 1564, D. Sebastião, então com 10 anos de idade, assistiu à saída de duas armadas de dimensões verdadeiramente espectaculares e à passagem de milhares de soldados e fidalgos que - com toda a pompa e circunstância - se despediam para participarem em investidas no norte de África. Nesta altura, começa a surgir, ainda que não para D. Sebastião, o problema da sucessão e, conseqüentemente, do seu casamento. Tornava-se, assim, cada vez mais imperioso encontrar uma noiva à altura do futuro rei de Portugal. Como possíveis noivas, destacar-se-iam: Margarida de Valois e Isabel de Áustria (Cruz, 2006).

Margarida de Valois, francesa, filha do já falecido rei Henrique II e de Catarina de Médicis e irmã de Carlos IX e de Isabel de Valois. Compreensivelmente, Margarida de Valois terá tido uma educação católica - ainda que não se aproximasse à rigidez da fé de D. Sebastião - atendendo ao convívio com pessoas de outras religiões. Ficaria conhecida pelos seus amores e pelo investimento e importância que deu às letras (Cruz, 2006).

Por sua vez, Isabel de Áustria, sobrinha de Filipe I, filha do que viria a ser o imperador Maximiliano II e de Maria de Espanha, reis da Boémia, partilhava, com o possível noivo, os avós maternos - Carlos V e Isabel de Portugal. Sem que a corte portuguesa tivesse tomado uma decisão sobre o assunto, iniciaram-se negociações entre os apoiantes de D. Catarina de Áustria e Viena, para que se formalizasse o casamento entre D. Sebastião e Isabel de Áustria. Esta decisão seria a que mais

agradaria a D. Catarina de Áustria, contando, ainda, com o apoio das mães dos possíveis noivos (Cruz, 2006).

Quando se realizaram as Cortes de 1562-1563, ficou claro que esta decisão não viria a ser tomada perspectivando os interesses de Castela. A posição oficial seria a de assumir um compromisso com França e formalizar as condições do casamento entre D. Sebastião e Margarida de Valois. No entanto, Catarina de Médicis, apesar de não se negar a negociar um possível casamento da filha com D. Sebastião, estaria mais interessada numa possível aliança – porventura, politicamente mais vantajosa - com Espanha ou com o Império Alemão. Por outro lado, o imperador alemão não iria tomar qualquer decisão sem que Filipe II, Rei de Espanha, se decidisse quanto ao futuro do seu herdeiro, D. Carlos (Cruz, 2006).

No início do ano de 1565, Margarida de Valois assumia-se como a pretendente mais provável para o trono português. Nesta altura, com 11 anos, D. Sebastião foi, mais uma vez, vítima da mesma doença. Esta crise terá representado, muito provavelmente, um agravamento da doença de que terá padecido dois anos antes. Tal como na crise anterior, D. Sebastião foi afligido por dores de rins, ao mesmo tempo que expelia uma substância não identificada pela uretra, desta vez em maior quantidade (Cruz, 2006).

O estado de saúde do rei agravava-se rapidamente. Para além de haver uma maior expulsão da substância, o rei sofria, ainda, de desmaios e tonturas. Esta situação preocupava tanto a família real, como a equipa médica do rei, colocando-se a hipótese de este ser consultado por médicos de Filipe II. Esta doença, que se terá manifestado pela primeira vez aos seus 9 anos e meio, prolongou-se, nesta crise, até Março do ano seguinte, sem que se verificassem melhorias e sem que se chegasse a um acordo quanto ao seu tratamento. Uma das preocupações da Corte Portuguesa seria a consequência que, a longo prazo, esta doença poderia vir a ter, sobretudo na sua (in)fertilidade e (im)potência sexual (Cruz, 2006).

Durante todo este processo, intentou-se, por parte da corte portuguesa, manter a saúde do Rei na maior das discrições. Os desenvolvimentos do seu quadro clínico, ainda assim, terão sido acompanhados, atentamente, por Castela, sobretudo por Filipe II e por D. Joana de Áustria. A mãe de D. Sebastião decide enviar, para Portugal, o Doutor Almazán, seu médico, para se definir o diagnóstico, iniciativa sem sucesso. O Doutor Almazán constatou, apenas, que, muito provavelmente, só se

saberia exactamente a patologia de que o rei padecia quando este atingisse os 14 anos de idade (Cruz, 2006).

Em Junho de 1566, o Rei já mostrava algumas melhorias, embora não estivesse totalmente recuperado. A doença manteve-se, embora de forma intermitente, os tempos de maior fluxo coincidiriam com a prática, mais intensa, de exercício físico e diminuía com o descanso. A doença afectaria, emocionalmente, D. Sebastião, que atravessaria momentos de grande tristeza chegando, mesmo, em períodos mais graves, a isolar-se em casa, recusando os seus passeios de campo que tanto gosto lhe dariam (Baños-Garcia, 2006; Cruz, 2006).

O facto de nunca se ter afastado da Corte Portuguesa, permitiu, a D. Catarina de Áustria, a proximidade do seu neto e o seu acompanhamento nestes períodos de doença. Assim, a avó tê-lo-á obrigado a cumprir, escrupulosamente, as indicações médicas, exercendo pressão, junto das pessoas mais próximas do Rei, para que fizessem o mesmo. A D. Sebastião não terá agradado esta atitude de sua avó, reagindo com violência, o que terá, eventualmente, contribuído para um afastamento entre os dois. D. Henrique, por outro lado, acusava-a de ser pouco discreta no tratamento da doença do Rei (Baños-Garcia, 2006).

A questão da sucessão continua a ser uma preocupação, já que a equipa médica que o acompanha desaconselha, neste momento, o casamento, para que nada pusesse em causa a sua saúde (Baños-Garcia, 2006).

O embaixador francês em Castela informou Catarina de Médicis, por carta, que o rei português não iria viver muitos mais anos, sendo a questão dos médicos: qual a melhor forma de o fazer viver mais tempo. Enquanto uns seriam da opinião que o rei se deveria casar o mais rapidamente possível, para que se pudesse desviar algum líquido do cérebro que – nas suas opiniões - invadiria o estômago, permitindo tratar o que ele chamou de *gonorreia*, não afectando a sua fertilidade; outros defendiam que tal só iria precipitar a sua morte (Cruz, 2006).

Esta doença de D. Sebastião tem sido muito estudada ao longo dos anos e muitas são as diferentes explicações para este quadro clínico. Gregorio Marañon, médico espanhol, defende que seria uma espermatorreia mais violenta, resultante de alterações biológicas genéticas, provavelmente justificadas por consanguinidade parental. O médico Moura Relvas acrescenta que o quadro clínico seria decorrente da

combinação de uma excessiva precocidade do rei e da sua abstinência sexual (Cruz, 2006).

Em finais de Julho desse ano, havia movimentações com o objectivo de destituir o padre Luís Gonçalves da Câmara do seu cargo. A sua demissão terá, assim, sido incontornável, acabando por ser substituído por um dos nomes inicialmente sugeridos por D. Catarina de Áustria – o frei Luís de Montoya. No entanto, apenas viria a exercer funções por um período breve – entre um a dois anos - pedindo a sua dispensa do ofício, argumentando não ter idade que permitisse a sua continuação (Cruz, 2006).

Esta questão seria apenas mais uma que oporia D. Catarina de Áustria e D. Henrique, de tal forma que D. Catarina de Áustria terá ameaçado, várias vezes, regressar a Castela e, por sua vez, D. Henrique terá esgrimido a sua cessação da regência em prole da avó de D. Sebastião. Ter-se-á, assim, chegado a um impasse. Quando questionado sobre qual seria a solução mais indicada, D. Sebastião respondeu que se deveria fazer o que fosse melhor, acabando por ser o Conselho de Estado a decidir o futuro da Corte, optando pela manutenção de D. Henrique como regente do reino, até que o Infante perfizesse os 14 anos de idade ou até que este tomasse outra opção (Cruz, 2006).

A incompatibilidade entre a avó e o tio-avô de D. Sebastião aumentava à medida que este se aproximava da maioridade. Situação claramente agravada com a chegada, a Portugal, de João Pereira Dantas - a pedido de Catarina de Médicis, para negociar as condições do casamento de D. Sebastião e Margarida de Valois. Em 1566, é decido unanimemente, em Conselho de Estado, que D. Sebastião deveria casar com a herdeira de França. Apenas duas vezes se manifestaram contra, tendo sido uma delas a de D. Catarina de Áustria. Perante esta decisão do Conselho, também o Vaticano, pela pessoa do Papa Pio V (recentemente eleito) se mostrava a favor do casamento de D. Sebastião com Isabel de Áustria, em detrimento de Margarida de Valois, alegando que esta teria sido criada num ambiente religioso corrompido por hereges (Cruz, 2006).

Filipe II, também não ficou satisfeito ao saber que Portugal se encontrava em negociações com França. Sentimento que não perdurou, já que a relação entre estes dois impérios foi violentamente abalada, aquando do saque da Ilha da Madeira por uma armada francesa. Consequentemente, o representante de França - enviado a

Portugal para negociar o casamento - regressou ao seu reino, no sentido de pedir explicações a Catarina de Médicis sobre o sucedido na Madeira, prometendo o castigo dos culpados e sugerindo uma aliança entre os dois países através do casamento dos dois herdeiros. No entanto, perante todo este contexto, os defensores desta alternativa começaram a escassear (Cruz, 2006).

Filipe II encarregou-se de começar a negociar o casamento de D. Sebastião com Isabel de Áustria. D. Catarina de Áustria e D. Joana de Áustria concordavam que Isabel de Áustria seria a opção de casamento mais acertada. A mãe de D. Sebastião sugeriu até que a infanta se mudasse para Castela, para que ela se pudesse encarregar da sua educação. Maximiliano II aceitou negociar o casamento da filha com D. Sebastião, mas apenas quando o casamento da irmã de Isabel de Áustria já estivesse definido; ao mesmo tempo que exigia a Filipe II lealdade no caso de ter problemas com França (Cruz, 2006).

Este desenvolvimento representou uma vitória para D. Catarina, que procurava desempenhar um papel mais activo perto do neto, pouco experiente em questões de governação. Esta aproximação a D. Catarina, em vésperas de D. Sebastião assumir a governação do país, representava, para Castela, a hipótese de exercer melhor controlo sobre os destinos de Portugal (Cruz, 2006).

D. Sebastião torna-se, desta forma, *Rei de Portugal e suas conquistas* na data de 20 de Janeiro de 1568, com a idade de 14 anos, tal como ficara estabelecido nas Cortes de 1562-1563. À data, D. Sebastião seria um adolescente de estatura média, postura recta e elegante, de pele branca com pequenas sardas na qual se destacariam não só a sua boca pequena e arqueada mas também mãos longilíneas, demonstrando uma atitude decidida, fazendo crer, a quem o observava, que parecia mais velho do que na realidade seria (Banões-Garcia, 2006).

A tomada do trono realizou-se no Paço de Estaus e, de acordo com Cruz (2006),

Instalara-se um cadafalso de tabuado estendendo-se das janelas do paço até ao fronteiro convento de São Domingos. Sobre essa plataforma assentava a construção efémera de uma espécie de grande sala, expressamente levantada para o efeito, ricamente ataviada e com varanda aberta para a praça do Rossio.

À tomada de posse assistiriam, não só os vereadores da cidade de Lisboa e a família real, nomeadamente D. Catarina de Áustria, mas também membros da nobreza da Corte e alguns representantes de outras paragens. Nesta cerimónia, o cardeal D. Henrique discursou, falando sinteticamente dos seus cinco anos de regência, perante o qual D. Sebastião se mostrou reconhecido, frisando a importância que, tanto D. Henrique, como D. Catarina de Áustria, teriam como conselheiros da sua governação. Concluiu-se esta cerimónia com o *beija-mão* a D. Sebastião. A cerimónia prosseguiu na igreja de S. Domingos, onde o novo Rei de Portugal agradeceu a Deus a sua nomeação, pedindo auxílio divino para a tarefa que agora enfrentava: a governação do território português e das suas conquistas, terminando, finalmente, com a sua aclamação pelo povo, numa varanda sobre o Rossio (Cruz, 2006).

Apesar da sua educação, D. Sebastião seria, porventura, apenas um adolescente, inexperiente para governar sozinho um império tão vasto como o Português. Assim, este deveria contar com o auxílio do cardeal D. Henrique e de D. Catarina de Áustria, o que não seria, seguramente, tarefa pacífica, dadas as relações entre ambos, sendo que nenhum aceitaria que o outro assumisse o cargo individualmente. Terá, então, sido consignado, a ambos, o cargo de conselheiros do Rei, em parceria - duas vezes por dia discutiriam, a três, os assuntos do reino, da mesma forma que deveriam ser consultados antes de qualquer decisão tomada por D. Sebastião. A D. Sebastião permitir-se-ia o gozo de dois ou três dias de folga por semana. No entanto, esta pequena assembleia cedo terminou (Cruz, 2006).

Anteriormente à sua aclamação régia, D. Sebastião terá elaborado uma lista de objectivos a concretizar durante o seu reinado, tais como: estar rodeado apenas de homens tementes a Deus; salvar o mundo de todos os pecados; todas as obras que realizasse serem direccionadas para Deus; mostrar-se sempre independente; não escandalizar ninguém com as suas palavras; entre outros ligados a empreendimentos bélicos e à sua postura enquanto Rei (Cruz, 2006). Quando, finalmente, toma posse, D. Sebastião, segundo Baños-Garcia (2006), pôde pôr em prática todos os planos que teria vindo a sonhar.

No período inicial da administração de D. Sebastião, teve lugar a elaboração da armada que anualmente rumava à Índia. Nessa altura, participou em quatro Conselhos de Estado, cuja decisão mais relevante terá sido a eleição do novo vice-rei da Índia - cumpriria a este cargo assumir como prioridade a difusão da fé cristã no

Oriente e a conversão das populações locais ao cristianismo (Cruz, 2006).

Em Maio de 1568, o padre Luís Gonçalves da Câmara foi readmitido no seu antigo cargo. Esta decisão terá estado longe de deixar D. Catarina de Áustria satisfeita. De facto, a correspondência trocada, por esta altura, com Filipe II e D. Joana de Áustria demonstra o seu descontentamento quanto ao desenrolar dos acontecimentos em Portugal. O padre Câmara seria visto como o principal responsável pela cada vez menor influência que D. Catarina de Áustria exercia sobre o neto, que desleixava os seus deveres, sendo admiravelmente cumpridor, apesar da enorme quantidade de trabalho que lhe era “exigido” (Cruz, 2006).

Foi, ainda, nesta altura que se começou a intensificar a intolerância de Castela para com aqueles que não seguissem a ideologia católica. De facto, neste ano foram executados, em Junho, dois condes espanhóis que se haviam notabilizado nas batalhas de Saint Quentin e de Gravelines. A 14 de Julho, morre, aos 23 anos, D. Carlos, ainda no cativeiro a que foi forçado pelo pai, Filipe II. Oficialmente, a morte foi explicada pelo facto do príncipe espanhol se recusar a comer, desde Janeiro do mesmo ano. No entanto, as causas da morte nunca foram apuradas, colocando-se, inclusivamente, a possibilidade estarmos perante um parricídio (Cruz, 2006).

A morte do outro neto, que se esperava que fosse o próximo rei de Espanha, abalou muito D. Catarina de Áustria. Por outro lado, D. Sebastião era, agora, o candidato mais próximo ao trono de Castela, o que, o expunha, particularmente às manipulações de Filipe II. Morre, ainda, em Outubro, Isabel de Valois, mulher de Filipe II, não recuperando de um parto prematuro. A terceira mulher de Filipe II era mãe de duas meninas – Isabel Clara Eugénia e Catarina Micaela, com 2 e 1 anos, respectivamente, cuja educação ficou sob a alçada de D. Joana de Áustria.

Chega a Portugal um enviado de Filipe II com o intuito de resolver os conflitos existentes entre D. Catarina de Áustria e D. Henrique. No entanto, a presença do Duque de Féria, em Portugal, acabaria por ter como principal objectivo o fortalecimento da posição de D. Catarina de Áustria. Sob esse desígnio, sugeriu a criação de um conselho de despacho, constituído por igual número de elementos escolhidos tanto por D. Catarina de Áustria como por D. Henrique. Para além disso, caberia a D. Sebastião tratar a avó com o máximo de amor possível, sem lhe causar desgosto ou contribuir para as divergências entre os avós. Estes deveriam evitar tratar-se de outra forma que não com amor, confiança e sinceridade (Cruz, 2006).

D. Sebastião cedo adoptou o hábito de ausentar-se da corte de Lisboa, possivelmente para fugir à constante vigilância da avó, contando, para isso, com o auxílio do padre Luís Gonçalves da Câmara. Sensível à necessidade que o rei sentia em descansar do ambiente da corte, D. Henrique era, frequentemente, uma companhia nessas escapadelas, fosse o lugar escolhido um mosteiro ou um lugar de caça. Sintra, Almeirim e Salvaterra de Magos eram os locais de eleição do monarca português. Esta condição, criou entre ambos uma maior cumplicidade, que não seria do agrado da avó do rei (Cruz, 2006).

Cruz (2006) conta que,

D. Sebastião, a visitar o convento de Salvaterra, só se apeava do cavalo depois de dar tantas carreiras quantos os frades presentes no átrio do convento e que só depois de tão efusiva e aparatosa manifestação os abraçava um a um.

O novo rei remodelou o governo português escolhendo, para isso, homens da sua confiança. Ficariam, assim, de fora membros próximos a D. Catarina de Áustria, prevalecendo os que estariam mais próximos do cardeal. Mais uma vez, o padre Câmara foi apontado como o principal responsável por estas decisões. De facto, começavam a surgir, na corte, rumores a propósitos das longas horas de conversa, em privado, entre D. Sebastião e o seu confessor (Cruz, 2006).

No início de 1569, Filipe II anuncia, por carta, a D. Sebastião, D. Henrique e D. Catarina de Áustria que não teve outra alternativa que não aceitar o casamento entre Isabel de Áustria e Carlos IX de França, invalidando, assim, as negociações, até aí, encetadas para que esta se casasse com o Rei português. Adiantava, também, o início das negociações para que D. Sebastião se viesse a casar com Margarida de Valois. Filipe II clarifica que, tendo a sua última mulher falecido sem lhe deixar descendência, precisava de encontrar uma nova mulher. As opções recairiam sobre Margarida de Valois e Ana de Áustria. Esta última, porém, estaria prometida a Carlos IX de França, não sendo Margarida de Valois uma potencial noiva quer para Carlos IX, uma vez que seria sua irmã, quer para Filipe II, por ser irmã da sua perecida mulher. Assim, e como politicamente lhe seria mais favorável uma aliança com a Casa de Áustria, Filipe II pretenderia casar com Ana de Áustria, noiva de Carlos IX. Para que tal não sucedesse, como alternativa propôs Isabel de Áustria. A D. Sebastião restaria unir-se a Margarida de Valois – opção, anteriormente, descartada (Cruz,

2006).

Coube a D. Catarina de Áustria responder ao rei de Castela, manifestando o desagrado do monarca português ao não ter sido consultado sobre o rumo dos acontecimentos. D. Sebastião acabaria por não contestar estas mudanças exigindo, em contrapartida, que Filipe II tomasse em consideração a sua honra e autoridade no estabelecimento do dote e das condições do contrato conjugal (Cruz, 2006).

Este anúncio gerou alguma tensão na Corte Portuguesa que, à altura, se encontraria em Almeirim, dando azo a ataques internos dos opositores de D. Catarina de Áustria. Inesperadamente, sem qualquer aviso, D. Sebastião dirigiu-se a Lisboa, reclamando a presença de D. Henrique - à altura ausente em Alcobaça para a semana santa. Esta *fuga* para Lisboa terá coincidido com notícias dos desenvolvimentos da terceira guerra religiosa (Cruz, 2006).

A cidade de Lisboa encerrou as portas, desde meados de 1569 a Julho de 1570, por causa da peste negra. A propagação desta praga, fez com que a família real abandonasse a capital. D. Catarina de Áustria e a infanta D. Maria estiveram primeiramente em Vila Franca de Xira, tendo-se, posteriormente, mudado para Alenquer. D. Sebastião e D. Henrique permaneceram uma longa temporada em Sintra, percorrendo, juntamente com a corte, muitas outras terras, as quais pressuporiam não serem afectadas. D. Sebastião nomeou vários responsáveis da cidade, disponibilizou dinheiro para tratar dos doentes, criou uma casa de acolhimento às viúvas e seus filhos e, numa carta dirigida à cidade, apelava à construção de um templo de homenagem a D. Sebastião, que protegeria da peste e da fome (Cruz, 2006).

Enquanto permaneceu em Alcobaça, D. Sebastião recebe correspondência de Filipe II, que o compele a delegar poderes no seu embaixador em Castela, para que se fizesse representar nas negociações do seu matrimónio. O rei português, porém, não se mostra muito inclinado a responder ao apelo do tio, o que condiciona D. Joana de Áustria a escrever ao filho, indagando a demora da sua resposta, incitando-o a confiar plenamente no tio. Esta questão arrastou-se por vários encontros, sem, porém, se anunciar qualquer conclusão. Até D. Henrique parecia incomodado com a demora da resposta e com a dificuldade que tinha em convencer D. Sebastião em confiar a procuração. Este parecia mostrar alguma animosidade - para com D. Catarina de Áustria e D. Henrique - por ter sido surpreendido com um contrato com o qual não concordava. A 18 de Agosto, D. Sebastião dá finalmente uma resposta ao tio: tal

procuração não se justifica, uma vez que França ainda não se pronunciou sobre as contrapartidas propostas (Cruz, 2006).

Durante a sua estada em Alcobaça, D. Sebastião mandou abrir túmulos de alguns antigos reis, nomeadamente de Afonso II (excomungado por ter atenuado o poder do clero; reconhecido por ter participado na Batalha de Navas de Tolosa, onde a infantaria portuguesa se terá destacado) e de Afonso III (também excomungado, que terá expulso, definitivamente, os Mouros do Algarve), a quem o Rei quis prestar homenagem. Apesar de não ter aberto o túmulo de D. Inês e de D. Pedro, D. Sebastião fez questão de censurar o seu comportamento. Além dos já citados, foram também abertos, os túmulos de D. Urraca e de D. Beatriz, procurando abrir outras sepulturas. Esta atitude perante o túmulo de Afonso III repetiu-se, um ano depois, no mosteiro da Batalha perante o cadáver de João II. Durante estes actos (que terão, compreensivelmente, danificado muitas destas sepulturas) um frade acusou D. Sebastião, então com quinze anos, de desrespeitar os seus antepassados. Consequentemente, terá sido duramente repreendido, a pedido do Rei. Ninguém mais ousou enfrentar D. Sebastião. O Rei defendia estas viagens como essenciais para a moralização do povo e para a sua regeneração moral, uma vez que se considerava responsável pelo moral dos seus súbditos (Baños-Garcia, 2006).

A 18 de Setembro, tem lugar um Conselho de Estado para decidir sobre o casamento de D. Sebastião com Margarida de Valois, dada a insistência de Filipe II. A maioria apoiou D. Sebastião na sua decisão (apenas duas vozes se manifestaram contra, uma delas a de D. Duarte),

Pelo Reino, porei a vida muitas vezes; e pela honra e pela Fé, porei a honra, vida e tudo; pelo proveito do Reino e meu, não porei a honra do Reino e minha, pois este foi o casamento dos reis que o ganharam (Cruz, 2006).

De facto, confirma-se que D. Sebastião não está só na sua resistência ao enlace proposto. Muitos perfilhavam da opinião que o Rei era ainda novo para se casar. Outros havia que defendiam o mesmo por outro motivo: o da sua saúde. O padre Luís Gonçalves da Câmara defendia que a tomada de decisão sobre este assunto deveria excluir quaisquer intermediários castelhanos. D. Sebastião parecia não estar disponível para ser instrumentalizado pelo Rei de Castela, sendo a questão do casamento, apenas mais das de seu descontentamento. De facto, as movimentações

que o tio ia fazendo no Oriente estariam a prejudicar, gravemente, o comércio português na zona. O Rei português, rapidamente, anunciou a sua decisão a Castela. E, em carta particular à sua mãe, questiona-a duramente sobre as razões que a levam a insistir na delegação de poderes no tio para que este tratasse do casamento, quando, anos antes, ela mesmo seria contra tal união (Cruz, 2006).

D. Sebastião dirige-se, de seguida, para Montemor-o-Novo, almejando afastar-se de Lisboa. Na mesma altura, chega a Portugal, o enviado papal, como resposta positiva à solicitação exposta a Pio V, para conceder benignidades a quantos implorassem auxílio divino para o governo do reino. Esta gentileza rara, deixou D. Sebastião em êxtase. Prontamente, o monarca português redige uma carta ao Papa, agradecendo a graça que lhe havia sido concedida, afirmando que não se mostrava indiferente aos exageros indecorosos na comida e no vestuário e que pretendia ser um exemplo a seguir, para os seus súbditos, no que tocasse a sobriedade e à contenção (Cruz, 2006).

Foi, também, neste entretanto, passado em Montemor-o-Novo, que o Conselho de Estado deliberou um conjunto de medidas que visariam defender a navegação marítima e os portos portugueses, espalhados pelo mundo. Assim, D. Sebastião mandou poupar em tudo o possível, para que se pudesse investir além-fronteiras, de forma a permitir a construção de fortificações – assegurando, deste modo uma defesa mais capaz ao território português. A este *corte orçamental* terão sido poupados D. Catarina de Áustria, a quem o neto permitiu a continuação das construções da capela-mor do Mosteiro de Belém, ressaltando a condição de o dinheiro a ser dispendido ser o da avó; e o templo dedicado a D. Sebastião, para o qual se fizeram peditórios na cidade para se proceder à sua construção (Cruz, 2006). Em contra-corrente a esta tendência anti-despesista estaria a forma como D. Sebastião se deslocava: viajaria de forma bastante aparatosa, com muita ostentação - rodeado de cavaleiros e um abundante séquito de guarda. Insistia, contudo, em partilhar as refeições com os monges, assistindo com a comunidade ao coro e rezando com eles as horas canónicas (Baños-Garcia, 2006).

A 5 de Novembro, estabelece-se em Évora, onde passaria os cinco meses seguintes, divertindo-se com jogos de equitação, em torneiros de cavalo ou a pé, ou praticando esgrima. Simultaneamente, frequentaria algumas aulas na universidade, assim como algumas assembleias magnas, sem esquecer algumas cerimónias

religiosas. Évora tornou-se num dos locais mais apreciados pelo monarca, graças à sua religiosidade e quietude (Baños-Garcia, 2006; Cruz, 2006).

Por volta de 1570, continuava a fazer-se sentir a insistência de Filipe II e do Papa Pio V para se proceder ao casamento de D. Sebastião com Margarida de Valois – ideia, sistematicamente, recusada pelo monarca português. D. Catarina de Áustria parecia ser a única a aceitar este casamento. De facto, a maioria dos apoiantes do Rei Português continuaria a defender o adiamento do enlace - uns por causa da sua doença; outros pela contrariedade que demonstrava em relação a esta noiva; e, finalmente, outros dada a falta de entusiasmo do monarca para se casar. O embaixador castelhano, porém, achava que a resposta mais plausível para a constante recusa do monarca seria a sua doença. Por isso, D. Catarina de Áustria encetava todos os esforços para convencer o embaixador que D. Sebastião se encontrava completamente recuperado do seu problema de saúde, que passou a ser designado por “indisposição” (Cruz, 2006).

Em Março de 1570, reúne-se o Conselho de Estado para, mais uma vez, arguir o casamento do rei. Na procura de uma tomada de decisão, é solicitado à equipa médica do monarca a emissão de um parecer sobre a sua condição. No parecer, constaria a recomendação do Rei se casar apenas depois dos 20 anos e ser acompanhado pelos médicos até aos 25. Além disso, prescreviam que o rei não se envolve-se em relações sexuais com a rainha mais do que duas vezes por semana, folgando cada quinze dias em cada dois meses, devendo, para tal, evitar partilhar o leito com a futura Rainha. Este parecer seria, ainda, complementado com uma lista de reis reforçando a ideia de que casar tarde, permitiria ter mais filhos e viver por mais tempo. Para esta equipa médica, a tendência do Rei aos exageros assumia-se como uma fonte de preocupação: os eventuais excessos no casamento poderiam resultar numa morte prematura do mesmo (Cruz, 2006).

Em Outubro de 1570, quando estava a caminho de Coimbra, D. Sebastião, ao passar pelo Mosteiro da Batalha, manda abrir a sepultura de D. João II, *o Príncipe Perfeito* (que combatera os mouros em África), ordenando para que o pusessem de pé. Pegando na espada, deste falecido monarca, D. Sebastião, ordena que o filho do Duque de Aveiro lhe beije a mão ostentando orgulho durante toda esta situação. Ao aproximar-se de Coimbra, e já na aula magna, D. Sebastião é recebido por assobios dos estudantes, e não por palmas e, elevando a sua espada, indignado, exige

explicações. Quando, fingindo, lhe explicaram que aquilo era algo normal, um aplauso escolástico, tranquilizou (Baños-Garcia, 2006). Ainda em Coimbra, D. Sebastião visitaria o mosteiro de Santa Cruz. Consta que ao ver a espada de D. Afonso Henriques, o rei português a terá beijado, com grande fervor, discursando para a comitiva que o acompanharia. Ao devolver-lhe a espada, recomenda-lhe que a guarde, pois iria precisar dela para combater os mouros, em África (Cruz, 2006).

Já no final desse ano, D. Sebastião permanece uma temporada em Almeirim, e suspeita-se que teria ocorrido uma crise recorrente da sua doença, pois parecia fraco, cansado e sem entusiasmo para as actividades físicas habituais. A presença constante da avó parecia não agradar a D. Sebastião, pois insistia em ignorar os seus conselhos, agindo em permanente contrariedade. Consequentemente, as visitas à avó foram sendo cada vez mais espaçadas no tempo, de modo a evitar que esta pudesse interferir em assuntos do reino. Perante esta atitude distante do neto, que muito a magoava, D. Catarina de Áustria ponderou regressar a Castela, sentindo que as suas opiniões já não seriam de qualquer valor (Baños-Garcia, 2006). Como resposta, logo no início do ano de 1571, receber-se-ia em Portugal uma carta de Filipe II, manifestando a sua disponibilidade e interesse para receber D. Catarina de Áustria em Castela. Esclarecia que, seria hábito, as Rainhas, quando viúvas, regressassem ao seu país de origem - tal como havia sucedido com D. Joana de Áustria - e que só não terá solicitado a sua presença mais cedo pois sabia que era mais necessária em Portugal. Continuava expondo que, agora, que D. Sebastião era, já, Rei, pretendia a sua presença ao pé de si. Esta estratégia, orquestrada por Filipe II e D. Catarina de Áustria, e operacionalizada pelo embaixador castelhano em Portugal, teria como objectivo a valorização da figura da avó junto do Rei e, deste modo, a angariação de uma maior influência (Cruz, 2006).

Neste contexto, reunir-se-ia o Conselho de Estado que entendeu que o Rei deveria preocupar-se mais com a avó, apesar de não ser esta a questão fundamental, já que não era a primeira vez que D. Catarina de Áustria ameaçava partir de Portugal. O que mais incomodava os conselheiros seria a interferência de Filipe II, que poderia - na sua opinião - colocar em causa a autoridade de D. Sebastião. Por essa razão, D. Catarina de Áustria não deveria ausentar-se do reino. Ter-se-á, assim, deslocado um dos conselheiros a Xabregas, com o intuito de negociar com D. Catarina de Áustria que se iria mostrando renitente, afirmando que a decisão estaria nas mãos do rei de

Castela, e que só negociaria condições se o fizesse directamente com o neto. D. Sebastião desloca-se, então, até à residência de sua avó, onde teve uma longa conversa, que terminaria num clima emocionado. De ressaltar que, após o conhecimento público desta notícia, D. Catarina de Áustria, terá recebido inúmeras cartas a desencorajá-la de se mudar para Castela. Até mesmo D. Henrique se terá pronunciado, junto de D. Catarina de Áustria, alertando-a para a delicada situação em que colocaria D. Sebastião, pedindo-lhe que se decidisse quanto às contrapartidas exigidas para se manter e para aproveitar, esta situação, de modo a exercer pressão, sobre o neto, para se casar. Relativamente a este assunto melindroso seria a opinião do padre Câmara que só o Papa poderia convencer D. Sebastião a casar-se, sendo necessário, para isso suceder, que não se desconfiasse da manipulação de Filipe II (Cruz, 2006).

Entretanto, procurando serenar a avó, D. Sebastião convida-a a passar alguns dias em Lisboa, num palácio que acolhesse as duas comitivas, para que pudessem passar mais tempo juntos. De facto, a atenção do Rei para com sua avó parecia aumentar, mas – porventura – a esse aumento não equivaleria mais interesse. Não obstante, teria outra disponibilidade para escutar as opiniões de sua avó, sobretudo no respeitante ao casamento. D. Catarina de Áustria, temendo que a doença de D. Sebastião tivesse alguma coisa a ver com a sua falta de entusiasmo para casar, aproveitaria para o tranquilizar, insistindo que se fosse moderado não correria risco algum (Cruz, 2006).

Para tentar convencer o seu neto, e após este período de bonança, D. Catarina de Áustria aproveitar-se-ia de argumentos - que constariam de uma carta anónima lançada meses antes – na qual se esgrimiria que o Rei Português se assemelharia a um animal selvagem, destituído de capacidade se encontrar à frente do governo de um reino, e que se deixaria influenciar por pessoas que, apesar de próximas, não protegeriam os seus interesses. A alternativa, continuaria a missiva, seria afastar certos elementos do círculo mais próximo, sendo que, de entre elas, surgiam o padre Câmara e o cardeal D. Henrique. No entanto, face à indiferença do Rei perante o seu discurso, D. Catarina de Áustria recorre ao auxílio a Filipe II, pedindo-lhe que escrevesse ao Papa apelando para intervir e tentar afastar do Rei Português os irmãos Câmara e o cardeal, uma vez que estes controlariam D. Sebastião. Como resposta, D. Sebastião, a 9 de Maio, ter-se-á disponibilizado para aceder aos pedidos da avó, tanto quanto estes

não ultrapassassem os limites da sua função que seria, acima de tudo, aconselhar, e não tomar decisões por ele (Cruz, 2006).

Jorge da Silva - nobre português – terá sido encarregue de negociar com D. Catarina de Áustria, antes de D. Sebastião lhe responder formalmente. Na conversa, D. Catarina de Áustria terá apresentado as suas condições: D. Sebastião deveria tratar mais de si, e da sua saúde; deveria retomar, o mais cedo possível, as negociações do casamento com Margarida de Valois. Perante estas condições, D. Sebastião exalta-se e, numa discussão acesa, esclareceria que não precisaria de cuidar-se, já que não estaria doente, mas que, se a avó assim o vaticinava, não haveria razão para insistir tanto no casamento. Insatisfeita, D. Catarina de Áustria, confia a pessoas que lhe seriam próximas esta reacção de seu neto o que provoca enorme insatisfação a D. Sebastião, sentindo-se insultado pela revelação da sua condição de saúde. Inevitavelmente, surgiria outra discussão inflamada com a avó. A 30 de Maio, D. Catarina de Áustria sofre um ataque – porventura, uma síncope. Esta crise deixaria D. Sebastião bastante intranquilo e alarmado, o que só terá cessado quando percebeu a recuperação. D. Catarina de Áustria, porém, não desiste e escreve directamente ao Papa, pedindo-lhe auxílio na questão. Pio V censura-a, quanto às críticas que tinha feito à governação do neto, e recomenda que passe a ser mais atenta ao exemplo de D. Henrique ocupando-se com os assuntos políticos. No final do mês de Agosto, D. Catarina de Áustria, em carta ao neto, solicita que passe a designar as pessoas que escoltariam à fronteira, uma vez que já seria tempo de regressar a Castela. D. Sebastião acorreria, de imediato, a Xabregas, pedindo à avó que não partisse, mas que, se insistisse neste seu desejo, seria ele próprio a acompanhá-la à fronteira, recusando-se a ceder à avó (Cruz, 2006).

Em Outubro, chega a Lisboa um enviado papal que nos descreve um Rei: adepto do torresmo e do carneiro assado; com uma sede impressiva (em virtude da doença de que padeceria); de degustação apressada; e de um modo, quase sempre, rude não trocaria uma palavra ou olhar com quem quer que o rodeasse, chegando, mesmo, a levantar-se sem dizer palavra. Atrás dele, segundo este enviado, encontrar-se-ia a sua espada nas mãos de um pajem. Mas o que trazia a Portugal este enviado papal? A participação de Portugal na Santa Liga e a contribuição de D. Sebastião para a mesma. De facto, o Rei terá contribuído com uma armada e terá anuído em que o casamento com Margarida de Valois fosse negociado pelo Papa – e, não pelo tio,

sendo que dispensava o dote se Carlos IX de França fizesse parte da Liga. Apesar da intervenção de Pio V, as negociações para a realização do casamento foram frustradas, o que não teria surpreendido o actual papa (Cruz, 2006).

A obra mais simbólica do reinado de D. Sebastião foi a criação das companhias de ordenanças, cujo principal objectivo consistiria na preparação e organização militar de todos que viriam a ingressar nos combates. Este projecto não granjearia o apoio de grande parte da nobreza. Para isso, tiveram grande importância as câmaras de poder local, que se encontravam dependentes da Coroa, numa estratégia de centralismo monárquico, que terá permitido a sua rápida implementação. Nas viagens que encetava, D. Sebastião seria, sempre, acompanhado pelo Conselho de Despacho e pela Chancelaria Régia, o que significaria que - apesar de viajar na tentativa de descontrair: caçando e jogando - nunca descuraria as responsabilidades e obrigações que lhe seriam exigidas pela sua posição. Ter-lhe-ão sido preciosa a aprendizagem precoce das suas funções e a capacidade afirmativa de fazer valer as suas opiniões (Cruz, 2006).

Na escrita, D. Sebastião abusaria de adjectivos, resultando numa escrita pouco clara e sintética, aspecto para o qual terá sido alertado. Apreciaria teorizar, praticando regularmente em textos escritos, facto que não impediria dos mesmos resultarem confusos, exibindo ideias e frases indecifráveis. Seria, também, um grande apreciador de música. Parecia, assim, encerrar contrastes, já que, também, em si, oscilava entre a procura de multidões e a tendência para o isolamento, através do cavalo ou do barco. Afastava-se das mulheres. E demonstraria uma profunda paixão pela tourada, e todas as actividades relativas aos touros. De facto, este tipo de actividade teria sido, novamente, autorizada por Gregório XIII, a pedido de D. Sebastião, com a ressalva de que as pontas dos cornos dos animais não fossem afiadas e o Rei estivesse presente. Senhor da sua vontade, D. Sebastião seria um aficionado pelo perigo e por actividades particularmente perigosas, como os torneios, os jogos de canas e a caça. A tudo isto aliar-se-ia o prazer que cultivava pela história dos antepassados, sobretudo aqueles que se haviam notabilizado por grandes empreendimentos; e a vontade de converter e combater aqueles que dizia serem *hereges*. Nas palavras de Cruz (2006), a grande ambição de D. Sebastião passaria por ser um rei cavaleiro.

Entretanto, estariam a decorrer os preparativos de uma viagem ao norte de

África da qual, apesar de já ter um comandante nomeado, se suspeitava que, à última de hora, D. Sebastião assumiria a chefia. A 22 de Julho, regressa à capital portuguesa D. Luís de Ataíde, quatro anos após a sua nomeação de vice-rei da Índia. Durante estes quatro anos, D. Luís de Ataíde, terá cumprido os objectivos de conversão religiosa de que havia sido incumbido, tendo, par além disso, alcançado grandes conquistas militares. O reino recebê-lo-ia, com toda a pompa e circunstância, incluindo missa solene, à qual D. Luís de Ataíde terá assistido sentado ao lado do Rei, e dez dias de festejo (Cruz, 2006).

Logo no início de Setembro, D. Sebastião sofre nova crise o que obriga à sua purga e sangramento. O mau aspecto que, entretanto, apresentaria não se saberia se decorreria do mal se da cura. No dia 19, ainda sem a total recuperação, D. Sebastião viajaria até Sintra, de onde escreveria à sua avó informando-a que, a conselho médico, deveria passar o Inverno em Évora, por ser uma terra menos húmida. No entanto, só partiria depois de inaugurada, nos dias 13 e 14 de Outubro, a capela-mor do Mosteiro de Belém, preparada para receber os restos mortais de D. João III, de D. Manuel e sua esposa. Durante o mês de Novembro, o estado de saúde do rei ter-se-á agravado: sentiria tonturas, que o forçariam a descer do cavalo, deitando-se no chão. Mas, a 13 de Dezembro, presidiria a um auto-de-fé, em Évora, onde desfilariam setenta e três condenados, e dezanove pessoas terão sido imoladas em fogueira. Este *espectáculo* terá sido o mais macabro que aconteceu em Portugal - entre outras coisas - por ter demorado não menos de duas horas (Cruz, 2006).

Numa carta escrita à avó, datada de 20 de Dezembro, D. Sebastião pede uma lista de noivas, livres, mas cristãs. Este interesse súbito terá sido explicado a D. Joana de Áustria, também, por carta, na qual D. Sebastião explicaria que faltava pouco para atingir os 20 anos de idade. D. Catarina de Áustria, de modo célere, remete-lhe a lista solicitada, encaminhada de Castela. Este interesse seria pautado pela necessidade que D. Sebastião sentia para conseguir impor as reformas que pretendia, uma vez que estas só seriam possíveis se conquistasse reputação e influência, afirmando a sua autoridade enquanto monarca (Cruz, 2006).

Desde sempre que D. Sebastião se fascinaria com a ideia do combate aos infiéis. Marrocos seria, para este efeito, o local perfeito dar corpo aos seus sonhos. Contudo, parecia não ser este Rei o único a considerar o norte de África como a opção ideal: este seria, sem dúvida, um local estratégico para a defesa do território português

a sul e as conquistas portuguesas que já haviam sido atingidas naquele território (Cruz, 2006).

D. Sebastião, a 2 de Janeiro de 1573, dá início a uma longa viagem pelo Alentejo, que duraria quarenta dias. Na comitiva régia, não seguiria D. Henrique e os padres Câmara. Estas ausências poderiam ser lidas à luz do objectivo da viagem, ainda que, o mais certo seria o descontentamento com D. Sebastião do padre Luís Gonçalves da Câmara causado pelo seu impedimento para se deslocar para Roma, mesmo depois de discutido na congregação dos jesuítas. De todas as influências que sofreria, a do padre Luís Gonçalves da Câmara terá sido, certamente, a que mais se destacou, sendo este quem mais facilmente conseguia *convencer* o monarca. Mais até do que o cardeal D. Henrique, apesar de este ser presença assídua nos retiros e nas caçadas do rei (Cruz, 2006).

A ideia seria proceder ao reconhecimento do terreno e dar início ao processo de organização das companhias de ordenanças, ao mesmo tempo que se fiscalizariam as fortificações costeiras do país. Esta viagem permitiria preparar uma outra: ao norte de África. O Rei terá apreciado tanto o Algarve que passou a visitá-lo, pelo menos, uma vez por ano. A celebrar a comitiva real, estariam sempre multidões à porta das cidades, acompanhadas pelo som de trombetas, recebida pelas autoridades civis e religiosas. Festejar-se-ia com danças, simulações de combate e paradas militares, cada vez que o Rei marcava presença. Estas manifestações de entusiasmo, por parte das populações locais, seriam uma constante durante toda a viagem (Cruz, 2006).

D. Sebastião terá aproveitado esta viagem para visitar o local onde havia decorrido a Batalha de Ourique. Desceria do cavalo, acreditando que não poderia conspurcar aquele chão *sagrado* com as patas do animal. Diz-se que ali mandou edificar um arco, para exaltar a importância daquela batalha. Visitaria, ainda, a casa onde teria fenecido D. João II, em Alvor. Nesta viagem, teriam sido frequentes as corridas de touros. Mas D. Sebastião não se limitaria a assistir às largadas; gostando de, por vezes, participar nelas. Em algumas ocasiões, durante a jornada, terá acontecido morrerem alguns animais, o que deixaria o Rei furioso (Cruz, 2006).

Esta expedição revelou-se perigosa para D. Catarina de Áustria, uma vez que o convívio permanente entre o rei e os fidalgos o tornaria mais permeável às suas influências. Assim, sugere a Filipe II que permita um encontro, na fronteira, entre o Rei e a sua mãe, para que esta o pudesse convencer a aproximar-se mais de Castela.

Filipe II, porém, não contribuiria para um movimento que considerava prejudicial (Cruz, 2006).

Em Abril, enquanto se encontrava de visita á avó - apesar de ter ficado acomodado num mosteiro vizinho, o casamento voltaria a ser o tema principal de conversa. D. Catarina de Áustria, instruída por Filipe II, parecia concordar, agora, que a noiva mais indicada seria Maximiliana, filha do Duque da Baviera, ou outra das descendentes da Casa de Áustria, como a filha do Duque de Lorena. Nesta conversa, terá surgido a hipótese de casamento com uma das filhas do tio, alternativa prontamente declinada por Filipe II, por achar que ainda seriam muito novas (Cruz, 2006).

Estando determinado a casar-se, D. Sebastião pareceria disposto a aceitar a filha do duque da Baviera. Terá, inclusivamente, solicitado auxílio à mãe e à avó para que abordassem o assunto com a mãe da potencial noiva. Nesta altura, D. Joana de Áustria, encontrar-se-ia já bastante doente. Numa última carta ao filho, pedia-lhe que confiasse plenamente no tio para as questões do casamento. O tio, contudo, enviar-lhe-ia uma carta informando-o que se encontrava em negociações com o duque da Baviera, a propósito do seu casamento, o que terá desagradado profundamente o rei Português (Cruz, 2006).

D. Henrique sentir-se-ia, cada vez mais, afastado pelo rei. Numa viagem que D. Sebastião planeava de Lisboa a Sagres, por mar, temia que o rei pudesse ir mais longe, até África. Nesta altura, recebe-se, na Corte Portuguesa, a notícia da morte de D. Joana de Áustria que teria falecido no início do mês de Setembro, no mosteiro do Escorial (Cruz, 2006).

Apesar de não constituir surpresa – o Rei já havia mandado rezar preces em nome da saúde da mãe, meses antes - D. Sebastião ressentia-se ficando abalado com a notícia, o que fez com que se encerrasse no mosteiro de Cabo Vicente, durante três dias. Aí, arma-se cavaleiro da Ordem de Cristo, a 21 de Setembro. A 11 e 12 de Novembro, assiste às cerimónias fúnebres no Mosteiro dos Jerónimos (Cruz, 2006).

Durante o pouco tempo que o neto esteve em Lisboa, D. Catarina de Áustria reforçaria a necessidade de concluir as negociações do seu casamento. D. Sebastião, porém, certificou a avó que dentro em breve enviaria um emissário ao pai da noiva (Cruz, 2006).

No final de 1573, D. Sebastião, em Almeirim, ter-se-á entregue a assuntos relacionados com a Ordem de Cristo, intentando a aceitação dos novos regulamentos. Ainda nos dias finais deste ano, terão sido enviadas, por Gregório XIII, uma das duas setas ensanguentadas de São Sebastião, para que se incluísse no mosteiro, em construção, aonde chegou nos primeiros dias de Fevereiro do ano seguinte (Cruz, 2006).

O início de 1574 ficaria marcado com o afastamento da Corte e do Rei, por livre vontade, do padre Luís Gonçalves da Câmara, o que deixaria D. Sebastião profundamente abalado. O seu antigo confessor e conselheiro justificaria este abandono com a necessidade de preservar a sua saúde física e espiritual, sentindo-se prisioneiro num ambiente que não tolerava. Substituí-lo-ia o padre Serpe, antigo reitor da Universidade de Évora, que pertencia à Corte haveria algum tempo, precisamente a pedido do Rei. O padre Câmara ter-se-á, progressivamente, afastando da Corte, mas sem nunca conseguir abandoná-la totalmente. Por um lado, não teria autorização oficial dos seus superiores; por outro, D. Sebastião mandava requisitá-lo-ia sempre que se ausentava. Quando a figura de autoridade máxima dos jesuítas mudou, chegou, finalmente, a autorização de que estava à espera. O padre Câmara, assim como D. Henrique, seriam da opinião de que D. Sebastião não deveria participar, pessoalmente, na investida em África (Cruz, 2006).

Dois meses mais tarde, D. Sebastião padece de nova crise. Desta vez, os sintomas localizar-se-iam no lado direito do corpo, o que fez com que os médicos suspeitassem de problemas de fígado. Sangrava do nariz, apresentava o olho vermelho e a temperatura seria mais quente desse lado do corpo. A equipa médica associava, a este quadro clínico, a idade e o organismo do Rei, a época do ano e o tipo de exercício físico que praticava. Não pareciam associar esta crise com a doença que o acompanhava desde os nove anos de idade. No entanto, em Abril, o Rei encontrar-se-ia restabelecido, participando em disputas com touros. Nem mesmo o facto de ter sofrido uma queda perigosa, que resultaria no ferimento de um braço, terá aligeirado o exercício (Cruz, 2006).

A ida a África não estaria esquecida. Em Maio, D. Sebastião concentra-lhe todas as suas atenções, tendo nomeado D. António, prior do Crato – filho ilegítimo de D. Luís - para governar Tânger. D. Henrique não se sentiria satisfeito com esta nomeação e, em resultado, ter-se-á afastado, ainda que temporariamente, da Corte

(Cruz, 2006).

No mesmo mês, de Maio, seria enviado o emissário encarregue de tratar do casamento de D. Sebastião com Maximiliana, que levava – em segredo e na realidade – a missão de angariar o apoio do Duque da Baviera para a investida a Marrocos. D. Catarina de Áustria, porém, insistia em casar o neto com uma das primas castelhanas, filhas de Filipe II, tendo, para isso, convertido figuras como D. Henrique. Também não terá sido difícil contornar o neto, que, entretanto, teria enviado uma carta ao tio auscultando-o nessa possibilidade. O emissário terá efectuado paragem em Madrid para falar com Filipe II que, rapidamente, conclui quer do desinteresse de D. Sebastião por Maximiliana; quer do seu desejo ao apoio e contributo de Castela na investida, uma vez que também seria do interesse do tio (Cruz, 2006).

O novo governador de Tânger abandonaria Lisboa em Julho desse ano, num elegante navio que exibiria uma bandeira com a seta de São Sebastião como elemento central. Apesar de, aparentemente, D. Sebastião lhe ter concedido poderes absolutos, a realidade seria bem diferente – esta ideia era apenas para que o governador tivesse uma aparência mais respeitada (Cruz, 2006).

Em Agosto, seria substituído, a pedido de D. Sebastião, o embaixador de Castela em Portugal, que, desde sempre, se teria interessado mais pelas confidências de D. Catarina de Áustria que por assuntos políticos. A avó e D. Henrique admitiam-se incapazes de convencer o Rei em não ir até África, sendo que, por isso, requisitariam o padre Câmara – à altura em Évora. Nesse mês, o Rei sairá de Cascais, o mais discretamente possível, rumo – supostamente - ao Algarve. Esta saída discreta pretende evitar chamar a si atenções indesejadas, e a não despedida da avó. Avisado do que se poderia estar a passar, D. Henrique ainda tentaria alcançar D. Sebastião, mas sem sucesso (Cruz, 2006).

D. Henrique foi nomeado, por D. Sebastião, antes de ter abandonado o país, regente temporário do mesmo, até pouco depois de 30 de Setembro, altura em que D. Sebastião abandonaria Ceuta, para regressar a casa. O objectivo da sua viagem seria fazer um reconhecimento das fortificações portuguesas naquele país e, ainda, o tipo de guerra que aí se praticava. O Rei aproveitaria esta viagem para exhibir os conhecimentos sobre náutica, com particularidades técnicas sobre o vento ou as marés. O seu comportamento pareceria ser, incomodamente, exibicionista, vangloriando-se das assertividade das decisões que tomava e argumentando num

movimento de especulação de ideias diferentes das suas. A sua estadia ficaria marcada, também, pela correspondência que constantemente receberia impelindo-o a regressar a Portugal o mais depressa possível. D. Sebastião reagia muito mal a qualquer afronta ou contrariedade gerada pelos conselheiros. Em Portugal, D. Henrique retardava todo o trabalho administrativo numa clara tentativa de condicionar o Rei a regressar mais cedo. O seu comportamento teve o efeito desejado, apesar de D. Sebastião não se ter apressado no regresso a Portugal. Por outro lado, não correspondeu às solicitações de D. Sebastião, o que o deixou ressentido com o tio (Cruz, 2006).

Assim que chegou, D. Sebastião terá sido recebido por uma avó entusiasmada e, no dia seguinte, terá visitado o padre Câmara ao Colégio de Santo Antão, onde este se encontrava fisicamente muito fragilizado. O padre teve de receber o Rei na cama, tal era o seu estado, e D. Sebastião devolveu-lhe a carta que este lhe tinha enviado para Marrocos, pedindo-lhe que regressasse. O padre Luís Gonçalves da Câmara terá falecido a 15 de Março. Mais uma vez, o rei, que se encontrava em Évora, sofreria e fechou-se no quarto. Durante os três dias que lá esteve não falou com ninguém e só de lá saiu para se isolar dez dias no Convento do Espinheiro (Cruz, 2006).

Em Agosto desse ano, aproximadamente, D. Catarina de Áustria retomaria o contacto com Filipe II intentando convencê-lo a conceder a mão de uma das suas filhas em casamento, recordando-o que já lhe teria tirado duas mulheres. Filipe II demoraria a responder, mas não se terá oposto a um possível enlace (Cruz, 2006).

D. Sebastião, entretantes, regressaria ao Algarve. D. Henrique, convencido que outra viagem para África pudesse estar próxima, fez saber que não aceitaria a regência temporária do Reino, e afastar-se-ia, mais uma vez, da Corte. No entanto, tal não se terá verificado. Este regresso do Rei ao Algarve coincidiria com a morte de uma pessoa que lhe seria próxima - D. Álvaro de Castro. Sendo uma pessoa com quem tinha uma forte ligação, o rei chegou, inclusivamente, a visitar a sua sepultura (Cruz, 2006).

Em Dezembro de 1575, assumiria o cargo de novo embaixador castelhano em Portugal, D. Juan de Silva, com quem D. Sebastião se deu bem logo desde início. Sob ordens de Filipe II, que parecia ter acertado na escolha do enviado para Portugal, D. Juan de Silva deveria aproximar-se de D. Sebastião, preterindo a avó, tal como

teria sucedido com o seu antecessor, seguindo-o para onde ele fosse (Cruz, 2006).

Entre o final de 1575 e o início de 1576, a Corte Portuguesa seria palco de intrigas, resultado da agitação política que se fazia sentir. Surgiriam, assim, críticas anónimas, sob a forma de cartas ou panfletos, ao importante papel que os jesuítas tinham na governação, mas, sobretudo, à falta de interesse do Rei pelo governo de Portugal, em detrimento do seu interesse por assuntos bélicos (Cruz, 2006).

Ao mesmo tempo que vinham de Castela rumores de movimentações militares com o objectivo de invadir o reino português, D. Juan de Silva conseguia impor-se cada vez mais junto do rei português, encaminhando-o para decisões favoráveis a Castela. Além disso, o crescente conhecimento que ia adquirindo da corte portuguesa e do rei português permitia-lhe orientar Filipe II, informando-o dos pontos sensíveis de D. Sebastião. De facto, para que Filipe II pudesse tomar Portugal seria necessária alguma flexibilidade deste em assuntos estratégicos, que lhe permitiriam ganhar a confiança de D. Sebastião. Para isso, D. Juan de Silva incita Filipe II a pôr a possibilidade de casar a sua filha mais velha com o rei português, apesar de, em conversas com D. Catarina, tentar excluir essa possibilidade, tentando virar a atenção da rainha para Isabel de Áustria, que, entretanto, tinha ficado viúva de Carlos IX. As tentativas de convencer a rainha, porém, falharam, na medida em que esta acreditava que a morte de Carlos IX tivesse resultado de uma epidemia, além de que esta afronta, por parte de Filipe II, não seria esquecida pelo neto (Cruz, 2006).

Segundo informações recolhidas pelo embaixador espanhol aquando da sua estadia na corte portuguesa, citadas por Cruz (2006), D. Sebastião

Tem tanto ódio às mulheres que aparta os olhos delas e, se uma dama lhe serve um copo, procura tomá-lo sem tocar-lhe na mão.

Para além disso, o rei não mostrava qualquer interesse pelas mulheres. Os jesuítas eram responsabilizados, pelo menos em parte, por esta atitude de desdenhe em relação às mulheres, que consideravam uma heresia qualquer contacto estabelecido com uma mulher. Por outro lado, era sabido que D. Sebastião continuava a ser virgem, pormenor que parecia não preocupar o embaixador de Castela, impressionado com o aspecto saudável do rei português (Cruz, 2006).

Entretanto, entre os senhores mais importantes do reino, iam adoptando estratégias e atitudes com o objectivo de boicotar o trabalho realizado por Martim

Gonçalves da Câmara, num movimento que registava cada vez maior tensão, que resultou no seu inevitável afastamento da corte, em Maio de 1576 (Cruz, 2006).

Agosto do mesmo ano é o mês apontado para a formação oficial de uma nova ordem militar, que nasceu simbolicamente no cabo de São Vicente, lugar tão apreciado por D. Sebastião. Na mesma altura, o rei português começou a usar uma cruz, que emblemática a criação da ordem e a entrada que fez na mesma (Cruz, 2006).

Numa missiva enviada a Castela, D. Sebastião solicitava a Filipe II, em três cartas diferentes um encontro entre ambos que teria lugar no mosteiro de Guadalupe; o seu auxílio, em armadas, para a sua investida no norte de África e, finalmente, em nome da avó, a formalização do seu casamento com a sua filha mais velha. Os dois primeiros pedidos foram acedidos por Filipe II, se bem que o segundo exigiria algumas concessões por parte de D. Sebastião. Filipe II foi, no entanto, pouco claro que no dizia respeito ao casamento, o que fez com que D. Catarina, percebendo a manobra do rei de Castela, espalha-se a notícia do casamento de D. Sebastião com a infanta Isabel Clara Eugénia, de forma a comprometê-lo (Cruz, 2006).

O encontro no mosteiro de Guadalupe foi marcado para a altura de Natal e implicava comitivas pouco extensas, dada a familiaridade do mesmo. D. Juan de Silva, porém, era uma das pessoas cuja presença foi solicitada por D. Sebastião, ao contrário de D. Henrique que ficou de fora.

A 11 de Dezembro é iniciada, então, a viagem pelas comitivas portuguesa e castelhana rumo ao mosteiro de Guadalupe, aonde chegou D. Sebastião no dia 22 do mesmo mês, dois dias depois do tio. D. Sebastião e Filipe II ter-se-ão cumprimentado, pessoalmente pela primeira vez, com um demorado abraço. Os dias que duraram este encontro foram marcados também por momentos de diversão, que incluíram, entre outras coisas, concertos de música e conversas entre o rei português e homens com importantes experiências militares – o duque de Alba e D. António de Toledo (Cruz, 2006).

Em relação aos pedidos feitos por D. Sebastião, Filipe II anuiu a ajudar D. Sebastião na investida no norte de África, impondo, como já foi dito, algumas condições, tendo sido, uma delas, a realização da mesma em Agosto do ano seguinte, isto é, dentro de oito meses. Filipe II teria provavelmente por objectivo fazer com que o sobrinho desistisse, e daí ter estipulado um prazo tão curto; ou este serviria para que

eventualmente pudesse voltar atrás com a sua decisão, sem, contudo, ferir a relação com D. Sebastião (Cruz, 2006).

A resposta de Filipe II em relação ao possível matrimónio entre a filha e D. Sebastião não desagradou a este último – Filipe II aceitou casar a filha, na condição que o anúncio oficial fosse apenas feito quando esta tivesse idade suficiente para desposar. Poucos meses depois, D. Sebastião levantava já a possibilidade de se casar com a filha de Francisco de Médicis, recebendo, para isso, como compensação um dote considerável que poderia investir na jornada de África. Contrariamente ao que seria esperado por D. Catarina, este encontro não serviu como meio de aproximar familiares distantes – o rei de Castela ficou impressionado com a falta de maturidade do sobrinho; D. Sebastião saíra mais empenhado do que nunca no empreendedorismo em África, decidido a ultimar os preparativos em apenas oito meses. Uma das principais críticas feita à educação do rei, e que foi sendo feita à medida que D. Sebastião foi crescendo, foi a falta de preparação do mesmo para a governação (Cruz, 2006).

O entusiasmo eufórico vivido por D. Sebastião não se perdeu na azáfama dos preparativos para a investida em África. De facto, o rei português pôs em prática um conjunto de medidas que lhe permitiriam receber grandes fundos para acelerar a criação dos meios necessários para a missão. D. Luís de Ataíde seria o comandante-geral da armada. Entretanto, D. Sebastião escrevia a vários grandes senhores do país, exigindo que dispensassem homem para participar no seu projecto (Cruz, 2006).

Face à impossibilidade de obter o financiamento necessário para que a missão se concretizasse em Agosto, D. Sebastião viu-se obrigado a adiá-la até Outubro. Além disso, continuava à espera da cooperação prometida por Filipe II, aquando do encontro no mosteiro de Guadalupe. Este escreve ao sobrinho propondo-lhe conversações com Mulei Maluco, xarife de Marrocos, que punha a possibilidade de ceder alguns pontos estratégicos no seu território a Portugal, sabendo, porém, que este não poderia cumprir tais promessas. D. Sebastião, contudo, já tinha tomado a sua decisão (Cruz, 2006).

Mas o recrutamento português não estava a ser bem sucedido, uma vez que a grande maioria dos homens, que tinha poder para tal, subornava oficiais para não serem obrigados a alistar-se. Além disso, a Europa estava num clima de tensão. Por tudo isto, D. Sebastião, seguindo o parecer dos seus conselheiros, adiou a missão para

a Primavera de 1578. O rei português refugiou-se em Sintra, donde escreve ao tio queixando-se de uma indisposição dos olhos, que seria outra crise de erisipela. D. Sebastião estava debilitado, fraco de estômago e com dores de cabeça, mas nem por isso terá desistido da sua missão. Nem mesmo quando, pouco tempo depois, Filipe II recusou ajudar D. Sebastião, decisão que este já esperaria, e que o forçou a procurar auxílio junto a outros reis europeus, sem grande sorte (Cruz, 2006).

A 10 de Outubro, morre a infanta D. Maria, depois de um longo período de doença. Da sua herança, D. Sebastião recebeu 30 mil cruzados para investir na sua guerra em África e as tapeçarias que representavam a conquista de Tunes por Carlos IX. Nesse mesmo ano, é visto um cometa em Portugal, visto por muitos como um sinal de tragédia, ao contrário de D. Sebastião que o via como um sinal de sucesso, numa altura em que se preparava uma investida militar – a cauda do cometa estaria a apontar para África. Nessa altura, tornou-se oficial o que já era sabido há muito: seria D. Sebastião a comandar a investida africana. Apesar de todos os conselhos para que não o fizesse, D. Sebastião não desistiu da ideia, citando inúmeras figuras históricas que já o teriam feito com sucesso (Cruz, 2006).

D. Henrique foi uma das pessoas que se mostrou contra a presença do rei português em tal missão, quando D. Sebastião lhe comunicou a sua decisão, a 13 de Janeiro de 1578. Poucos dias mais tarde, D. Sebastião insistia em dar a mesma notícia avó, apesar dos conselhos médicos em contrário, tendo em conta o grave estado em que se encontrava a rainha. Esta, que também se mostrou contra a decisão, acabou por morrer dias mais tarde, na companhia do neto. D. Sebastião esteve quatro dias recolhido no mosteiro de Penha Longa (Cruz, 2006).

Em conselho de Estado, D. Henrique foi nomeado sucessor de D. Sebastião, unanimemente. As opiniões, porém, divergiam quanto à nomeação de um segundo sucessor, tendo em conta a idade de D. Henrique. D. Sebastião alegadamente terá deixado um testamento que estipulava que, no caso da sua morte, deveria ser enterrado no mosteiro de Santo Cruz em Coimbra, actual morada de D. Afonso Henriques. Além disso, afirmava que os reinos de Portugal e Espanha não se deveriam unir. Mas que, em todo o caso, o seu herdeiro fosse castelhano, este deveria ser criado em Portugal, de acordo com os seus costumes. A veracidade deste testamento é uma questão polémica (Cruz, 2006).

D. Sebastião, em ambiente festivo, embarcaria a 24 de Junho, rumo a África.

Contrariamente aos seus planos iniciais, D. Sebastião terá decidido um desvio no seu percurso até Arzila, onde desembarcaria as tropas. Inicialmente, com a justificação de que os homens precisariam de água, dado o longo percurso feito em água salgada, o exército desembarcou e aportou em Arzila. O Rei português agilizaria, assim, o desejo antigo de enfrentar os mouros em terra. O plano de D. Sebastião implicava, primeiro, a conquista da cidade de Alcácer Quibir, para onde se dirigiram a 29 de Julho de 1578. Relatos citados por Cruz (2006) falam na falta de preparação e organização do corpo militar português, constituído por pessoas sem qualquer experiência militar e que acediam às *reacções intempestivas do Rei, aos seus excessos de autoritarismo e ao facto de só confiar nuns tantos validos*.

Chegados às proximidades da cidade, e perante rumores de retirada inimiga, punha-se a questão se se deveria esperar mais uns dias para aguardar mais retiradas, ou se, pelo contrário, se manteria o ataque à cidade na manhã seguinte. D. Sebastião decidiu não esperar pelos movimentos dos inimigos, tendo apenas aceite esperar pelo meio da tarde do dia seguinte, para que o calor abrasador não prejudicasse a investida portuguesa. A investida aconteceu duas horas depois do exército português ter saído do seu acampamento. D. Sebastião estava em êxtase, apesar de algum nervosismo, dando indicações claras de que só deveriam ouvir às suas ordens e correndo o regimento corrigindo a posturas de alguns soldados. A batalha pareceu ser bem sucedida quando Mulei Maluco foi morto. No entanto, uma investida inimiga, não prevista pelo exército português, fez com que este se desorganizasse num estado de completo caos. No meio da confusão, sem se perceber bem como, explodiram as reservas de pólvora que se encontravam com a comitiva portuguesa (Cruz, 2006).

De D. Sebastião que unanimemente se diz que se parecia mais com um soldado do que com um comandante, não desistia, apesar dos apelos para que o fizesse. Corria para quem estivesse em maior perigo, arrastando consigo um grupo de guerreiros, cujo objectivo seria protegê-lo e não tanto combater. Quando o seu grupo se vê rodeado por inimigos, D. Sebastião acaba por ser morto (Cruz, 2006).

No dia que se seguiu à batalha, foi encontrado um corpo no campo de batalha, que foi identificado pelo moço do guarda-roupa de D. Sebastião, como sendo o do seu senhor; e, mais tarde, por cativos conhecidos, incluindo o capitão de Tânger, D. Duarte de Meneses. A verdade é que, apesar dos inúmeros e diferentes relatos da batalha, nenhum se acusou de ter assistido à morte do rei português (Cruz, 2006).

Análise do Caso

Para a realização do presente trabalho, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e biográfica do rei. A biografia tornou-se a referência principal deste trabalho, a partir da qual se delineou uma síntese dos dados biográficos mais relevantes. De seguida, foram assinalados os sintomas e os sinais considerados como potenciais marcadores do seu perfil psicológico, de onde se estruturou a análise que se segue, e que será organizada em torno dos seguintes vectores:

- I. As figuras femininas na vida de D. Sebastião;
- II. As figuras masculinas de referência na vida de D. Sebastião;
- III. As relações amorosas ao longo da vida de D. Sebastião;
- IV. Grandiosidade, euforia e narcisismo em D. Sebastião;
- V. Homossexualidade ou filiação entre D. Sebastião e D. Henrique;
- VI. Filipe II e D. Sebastião;
- VII. Os Reis de Portugal e D. Sebastião;
- VIII. Luto patológico de D. Catarina de Áustria;
- IX. Um crescimento coagido por D. Catarina de Áustria e D. Henrique;
- X. As dimensões superegóicas de D. Catarina de Áustria e de D. Henrique;
- XI. D. Sebastião e o fim do Império;
- XII. D. Sebastião como peça fundamental da identidade nacional.

I. As figuras femininas na vida de D. Sebastião

As figuras femininas importantes na vida de D. Sebastião terão sido três: D. Joana, a Louca, sua bisavó; D. Catarina de Áustria, sua avó; e D. Joana de Áustria, sua mãe. Cada uma destas três mulheres, tendo ou não sido próximas do rei português, influenciou, directa ou indirectamente, a sua história de vida.

A bisavó materna de D. Sebastião, mãe da sua avó materna, terá psicotizado quando, ainda grávida, ficou viúva, razão pela qual passou a ser conhecida como *Joana, a louca*. Na altura da sua morte, D. Joana fez questão de acompanhar a

transladação do corpo do seu marido, apesar do estado avançado de gravidez, tendo sido durante esse percurso que nasce a avó de D. Sebastião, D, Catarina de Áustria.

Inevitavelmente, a relação entre D. Joana, a Louca e Filipe I, pai de D. Catarina de Áustria, não terá resultado de uma escolha de ambos, o que, aliás, seria habitual num mundo que, aquele nível, se pautava por interesses políticos. Os contratos matrimoniais teriam como principal finalidade o reforço dos poderes e das estratégias geopolíticas. Isto é, seriam o resultado de um longo processo de ponderações dos interesses das nações envolvidas. Diante de tamanhas contingências, terá sido a relação régia um amor trágico – do género Romeu e Julieta – e o seu encarceramento será uma espécie de *imolação*, resultante da impossibilidade de sobreviver, com autonomia, à morte do cônjuge? Ou, mais do que uma imolação para a vida, a perturbação de D. Joana resultará do seu encarceramento numa prisão durante 50 anos?

Parecerá mais provável que este encarceramento não tenha sido uma escolha voluntária de D. Joana mas, muito provavelmente, a consequência de interesses geográficos e políticos de Castela a fazerem-se sentir nas Cortes. A morte de Filipe I significaria que D. Joana, como segunda figura mais importante do reino, seria nomeada regente de Castela, enquanto o seu filho, Carlos V, não atingisse a maioridade. No entanto, tratando-se D. Joana de uma estrangeira, haveria a preocupação de que Castela ficasse nas mãos da Áustria, país de onde era oriunda, outra das nações europeias mais importantes nessa época. O encarceramento terá, então, representado uma alternativa a todo este cenário, em que, mais do que um acto de desprezo pela vida, seria uma forma de assegurar a subida ao poder de D. Carlos V antes de atingir a maioridade.

D. Joana entrou em Tordesilhas com 29 anos de idade e aí passou os quarenta e seis anos seguintes. Terá sido, deste modo, obrigada a abandonar a vida que levava, na Corte, com todo o conforto que lhe estaria subjacente, e a ingressar numa prisão, fria e escura, onde passou o resto da sua vida. A partir do momento em que entraram em Tordesilhas, a vida de D. Joana e de D. Catarina foi pautada pelo isolamento, sem que lhes possível o contacto com outras pessoas.

No caso de D. Joana, a Louca, a morte do marido terá, porventura, representado um factor de descompensação pela liquidação de quaisquer alternativas de vida saudáveis que, a partir daí, se tornariam de todo inviáveis. No entanto, é

importante não esquecer que estas mulheres eram rainhas de países europeus influentes, o que as tornava invulgarmente poderosas, sem, porém, serem indispensáveis. A posição que ocupavam, num mundo que se caracterizava por um sistema machista, fazia com que se tornassem, em circunstâncias como as que D. Joana terá vivido, descartáveis e facilmente manipuláveis. Partindo do pressuposto de que o encarceramento resultou numa estratégia política que permitiu que Carlos V se tornasse rei de Castela, Joana, a Louca, foi uma vítima da posição que ocupava e, conseqüentemente, tornou-se num “alvo a abater”.

Reflectindo com Bion (1954) – quando afirma que há sempre uma personalidade não-psicótica paralela a uma psicótica – pergunta-se o que a terá protegido mais: a clarividência não-psicótica de estar confinada a uma prisão, como se se imolasse em vida, em função de desígnios que lhe seriam alheios, ou o desenvolvimento numa realidade deliróide, na melhor das circunstâncias, que, ainda assim, a terá feito sobreviver? A realidade não-psicótica resultaria dum sofrimento de tal forma profundo, que a defesa mais provável seria a criação de uma outra realidade, alternativa, que existiria apenas para si, e que serviria como forma de suportar todo aquele sofrimento que, de outra forma, se tornaria enlouquecedor. Muito provavelmente, a descompensação psicótica terá impedido que D. Joana caísse numa melancolia e, conseqüentemente, tê-la-á protegido contra a mortificação interna.

Perguntar-se-á, todavia, se os episódios deliróides serão, neste contexto, pulsão de vida ou pulsão de morte. Considerando que D. Joana, a Louca, poderá ter criado, em função de tão significativo sofrimento, uma realidade paralela, deliróide que fosse, esta apresentar-se-ia como uma defesa contra a melancolia e, no limite, representaria um movimento saudável, por parte de D. Joana, para escorar o sofrimento que a desagregaria. Este movimento representaria, em última instância, aquilo a que Klein (cit. por Greenberg e Mitchell, 2003) designou pulsão de vida. A oscilação que faria entre a realidade e a realidade por si criada terá toldado a relação que estabeleceu, desde sempre, com a sua filha, D. Catarina de Áustria. Por mais que entre elas se tenham dado oscilações entre manifestações de tonalidade esquizofreniforme e a lucidez, próximas da oscilação entre as posições esquizo-paranoide e depressiva de que falava Bion. Todavia, e por mais que fosse plausível o seu regresso à Áustria, por morte do marido, não deixa de ser uma opção pela maternidade elogiável a sua presença junto da filha.

Fazendo fé nos relatos que associavam o seu desmantelamento psíquico ao processo de luto que estaria a viver, somos levados a supor que estaríamos diante do que Freud, primeiro, e, depois, Grinberg (2000) chamam luto patológico no sentido duma perda sem reparação possível que, pela dor hemorrágica, se torna acutilante e, permanentemente, persecutória. A psicose da D. Joana seria, assim, uma defesa contra a melancolia, uma vez que serve de suporte ao sujeito, protegendo-o da sensação de morte interna eminente – o *nada-objectal* (Sá, 2003). Isto é: somos levados a supor que a avó de D. Sebastião – D. Catarina de Áustria - se terá confrontado, desde sempre, com uma dupla perda: a de seu pai, que não chegou a conhecer; e a de sua mãe, em vida. Não podemos deixar de reflectir se a dor depressiva que a terá atingido não poderia ter inquinado, para sempre, quaisquer processos vinculativos.

A saída do encarceramento de D. Catarina deu-se quando tinha 18 anos, para que se pudesse casar com D. João III. Saída da cela para a Corte, a relação com o seu marido terá sido, muito possivelmente, marcada por grandes dificuldades de adaptação a um tipo de relação que desconhecia, com um homem, que teria sido uma figura ausente nos seus primeiros dezoito anos de vida. Por outro lado, D. João III era mais novo do que D. Catarina e, decerto, igualmente inexperiente.

Sentindo-se penalizada por desígnios que lhe terão sido, desde sempre, alheios, vivendo num ambiente que lhe terá sido hostil (nomeadamente, ao fazê-la sentir objecto de desígnios estratégicos muito mais do que quaisquer enredos amorosos, como aquele que, imaginando um romance familiar entre D. Joana, sua mãe e D. Filipe I) terá sido marcada por um processo de adaptação forçado e difícil. Para mais, como se se tratasse de um destino transgeracional trágico, D. Catarina de Áustria, avó de D. Sebastião, confrontou-se com a perda (quase sistemática) de todos os seus nove filhos e seu marido. Inevitavelmente, estas perdas dolorosas terão prolongado e exacerbado o sentimento de perda e abandono que desde sempre a acompanhou. Facto que, não só, não a terá impedido de se manter presente na vida do neto – ainda que, para isso, tivesse de enfrentar forças hostis e de bloqueio - como terá contribuído, aparentemente, para uma relação de vinculação segura, entre ambos.

De facto, todas as relações mais significativas na sua vida terão tido um cunho abandonante. Tendo o seu pai morrido antes de nascer, D. Catarina de Áustria parecerá ter vivido sem qualquer referência masculina. Por outro lado, a relação que

estabeleceu com a mãe, D. Joana, a Louca, não terá sido compensatória e securizante, na medida em que terá sido condicionada pela morte do pai e, conseqüentemente, por um afastamento e abandono emocionais por parte de D. Joana em relação à filha, apesar da evidente proximidade física. Por muito que a ausência física do pai tenha significado algum sofrimento para D. Catarina, terá sido mais traumatizante a constante ausência psicológica (e conseqüente falta de investimento nela) da mãe, apesar da imposta presença física. Além disso, D. Catarina terá perdido, ainda, o marido e os nove filhos que tiveram, sendo confrontada, durante a sua vida, com permanentes perdas das pessoas mais significativas para si. Já antes a infância de D. Catarina da Áustria pautou-se por uma sucessão de traumatismos cumulativos que a iriam acompanhar pelo resto da vida e, conseqüentemente, determinar a forma como esta se iria relacionar e o tipo de relações que iria estabelecer. Será que, mais tarde, a sua proximidade com D. Sebastião terá representado, unicamente, uma forma de interceder por Castela, junto da Coroa de Portugal ou, pelo contrário, uma forma de se tentar relacionar com o único familiar directo que sobreviveu a tamanha mortandade e a uma vida dum luto interminável?

Pergunta-se, no entanto, se nessas épocas este não seria o destino mais expectável para todas as crianças, atendendo às condições sanitárias, à ausência dum Estado de Direito e à proliferação de conflitos bélicos. Somos levados a supor que sim. Todavia, na ausência de figuras masculinas de referência e em presença de figuras identificatórias femininas tão toldadas pela dor depressiva (que inquinariam de dor os vínculos afectivos) talvez não seja absurdo afirmar que D. Sebastião, apesar de desejado por uma nação inteira, tenha acabado por se criar numa atmosfera abandonónica. A essa forma de crescimento chama Balint (1993) falha básica, chamando a atenção para o modo como, em função dela, se pode desenvolver a procura de formas de gratificação pessoal, como se verifica, segundo Balint (cit. por Greenberg e Mitchell, 2003) nas personalidades narcísicas.

Se, por um lado, a ideia de Bion (1957, cit por O'Shaughnessy, 1992) segundo a qual a personalidade psicótica se origina no desmantelamento e expulsão dos sentidos, da consciência e do pensar parece ganhar sentido, para que isso acontecesse, seria necessário que se verificassem duas condições: uma organização (mental) inata extremamente adversa e a exposição dessa organização a um ambiente adverso, tal como terá acontecido com Joana, a Louca e, posteriormente, com D.

Catarina. Terá, também, alegadamente sido este o caso de D. Joana, mãe de D. Sebastião. De facto, crê-se que o afastamento de D. Joana da corte portuguesa e o consequente abandono do filho poderão ter algo a ver com a morte de um marido de quem terá amado verdadeiramente ou que o seu afastamento tenha sido ditado, mais uma vez, por interesses que não os seus, mas de natureza política. Em quaisquer circunstâncias, a dupla experiência de abandono vivida por D. Sebastião, relacionada com a morte do pai e a maternidade renegada, poderá ter introduzido uma falha básica que terá configurado algumas características do seu desenvolvimento.

Os contractos de casamento teriam, na sua maioria, uma cláusula que obrigava a rainha viúva a voltar ao seu país de origem, se o seu rei assim o desejasse. Note-se que, nesse caso, D. Joana, a Louca não terá sido apenas abandonada por uma nação que não era a sua, mas também pelos seus familiares que não contestaram a decisão do governo de Castela. No caso da mãe de D. Sebastião, Filipe II contestou a sua presença em Portugal, depois da morte do infante D. João, o que a terá levado a abandonar Portugal e, sobretudo, D. Sebastião pouco tempo depois deste nascer.

A presença de D. Joana em Castela, factor certamente desestabilizador para D. Sebastião, era agravada com as constantes tentativas de manipulação por parte do tio e, sobretudo, pelo constante apoio que estes tinha por parte da sua mãe. Independentemente das intervenções que fez junto do filho, fosse por influência de quem fosse que elas tenham dado, a verdade é que estas não terão, com certeza, deixado de ser interpretadas, por D. Sebastião, como mais um abandono por parte da mãe. Terá parecido a D. Sebastião que, para a sua mãe, haveria sempre alguém mais importante do que ele: ou o tio, que ela parecia apoiar incondicionalmente, ou o primo, de cuja educação estaria encarregue desde que abandonou Portugal. Assim, o tom quase idealizado de algumas cartas que enviou à mãe contrastava com a censura feroz que lhe fazia noutras (que se seguiam a intervenções a favor do tio). Por outras palavras, a relação ente D. Sebastião e D. Joana oscilava entre o encantamento e a reprovação: se, por um lado, D. Sebastião queria reagir contra a mãe, o amor que sentia por ele e, provavelmente, o medo de ser definitivamente abandonado impedia-o de o fazer.

No essencial esta putativa relação da mãe de D. Sebastião com ele próprio seria mediada por um conflito permanente entre pulsões de vida e de morte, por um nível de angústia extremo e pela incapacidade de resistir à frustração, que podem

tornar o jovem monarca numa criança dominada por uma destrutividade que o terá perseguido, interiormente, pela vida fora (no sentido do que Charles-Nicholas, 1991, chama “conduta ordálica”) e que o poderá impulsionada para desafiar fora a pulsão de morte que o perseguiria por dentro.

II. As figuras masculinas de referência

As figuras masculinas que mais marcaram a vida de D. Sebastião terão sido o seu tio-avô, D. Henrique, e o padre Luís Gonçalves da Câmara, de que se falará mais à frente.

Sobre D. Henrique a sua vida pouco se sabe, tendo a sua imagem permanecido rodeada de mistério. Sabe-se que terá sido um homem que se interessava por astronomia e que seria uma pessoa culta, embora haja quem contradiga esta ideia. Não obstante, seria um homem solitário e ambicioso, sem que tivesse possibilidades de ser rei. Enquanto esteve regente, quando D. Sebastião era demasiado novo para subir ao trono, D. Henrique fez alguns trabalhos importantes, nomeadamente no que dizia respeito ao reforço das forças militares.

Sendo um homem ambicioso, quando D. Sebastião se tornou rei de Portugal, D. Henrique, à semelhança de D. Catarina, terá tentado tornar-se próximo do sobrinho. Para isso, participava com ele em caças e jogos que, sabia serem do seu agrado. D. Sebastião seria, portanto, quase um instrumento que lhe permitiria, ainda que indirectamente, controlar o governo do país. No entanto, quanto mais pressão procurava fazer, mais ele se afastava. Não obstante, será possível que D. Henrique se tenha tornado uma figura de referência para D. Sebastião no contexto das conquistas ultramarinas e no desejo de expansão portuguesa.

Será inevitável perguntar se, de alguma forma, as acções e atitudes de D. Henrique, tal como as de D. Catarina, sabendo que o neto não cederia às suas vontades, terão contaminado e precipitado o desfecho trágico do rei. Esta parecerá uma hipótese provável na medida em que, à falta de barreira superegóicas (de D. Catarina e D. Henrique), D. Sebastião entrou num estado de fuga vertiginoso (às influências externas) que o levou inevitavelmente a morrer em África.

Para D. Henrique foi escolhida a vida eclesiástica. Seria de esperar que esse talvez fosse um desígnio da família e não tanto uma escolha sua. Sabe-se, porém, que o seu irmão, D. João III, terá pedido ao Papa várias vezes que o dispensasse do serviço religioso, para que pudesse casar. No entanto, D. Henrique sempre se terá recusado a fazê-lo, mostrando-se pouco disponível para considerar essa hipótese. Esta recusa de D. Henrique em abandonar o serviço religioso teria a ver com a recusa em relação às mulheres, como aconteceu, mais tarde, com D. Sebastião? Se se tiver em consideração que a relação entre D. João III e D. Henrique era um pouco conflituosa, não será difícil de imaginar que a ingresso e permanência de D. Henrique na ordem religiosa significaria, para ele, a possibilidade de evolução dentro da mesma e, conseqüentemente, o aumento de poder, de que tanto parecia gostar. Isto é, na impossibilidade de se tornar rei de Portugal, a vida religiosa apresentar-se-ia como a única alternativa para, se chegasse a cargos cada vez mais relevantes, se tornar mais poderoso. Terá sido por isso que chegou a cardeal.

III.A grandiosidade, euforia e narcisismo na vida de D. Sebastião

Os indivíduos com perturbação narcísica da personalidade caracterizam-se por um amor-próprio, e um superego patológicos. O amor-próprio patológico traduz-se num modelo de auto-referência e de autcentralização excessivas. Estes sujeitos evidenciam também grandiosidade, que se manifesta em tendências exibicionistas, sentido de superioridade, atrevimento e ambições desmedidas, tendo em conta o que podem, na realidade, atingir (Kernberg, 2006).

No entanto, no caso de D. Sebastião, as ostentações com que viajava, as festas e as manifestações populares com que gostava de ser recebido, o gosto que tinha pela utilização de linguagem metafórica (que, na realidade, tornavam o seu discurso extremamente confuso e imperceptível) e o exibicionismo teórico com que congratulava as pessoas, contrasta com a austeridade com que se vestia. De um lado, temos o exibicionismo das viagens e a forma como gostava que o recebessem e o aplaudissem; e, por outro, temos a forma simples e severa como se vestia.

Estes são indivíduos emocionalmente superficiais, especialmente nas relações que estabelecem. Os seus sentimentos de grandiosidade intercalam com sentimentos de insegurança ou de inferioridade. Não suportam a perspectiva de serem

classificados como “médios” ou “medíocres” (Kernberg, 2006). Isto é, têm de ser os melhores em tudo. Neles, o amor objectal patológico emerge pela falta de interesse que têm para com os outros, e na incapacidade de empatizar. A ambição desmesurada transforma-se no desejo de usurpar ou apropriar-se de tudo o que os outros têm. Por outro lado, o amor objectal patológico traduz-se, ainda, na incapacidade de depender dos outros (Kernberg, 2006).

Este tipo de personalidade, e estas perturbações afectivas, incluem a incapacidade de receber diferentes formas de autocrítica ou de viverem uma depressão mesmo que ligeira. Não obstante, constatam-se profundas flutuações do humor, que têm, frequentemente, origem no fracasso dos esforços grandiosos ou da obtenção de admiração dos outros, ou pela crítica posterior que ofusca a grandiosidade (Kernberg, 2006).

Além de haver uma permanente sensação de vazio, estes sujeitos são normalmente incapazes de aprender com os outros, procuram insistentemente estímulos intensos e sentem que a vida não tem sentido. Em casos mais graves, estes sujeitos têm tendência para reacções explosivas, raiva crónica ou distorções paranóides graves (Kernberg, 2006).

D. Sebastião coloca-se numa situação de aparente humildade e submissão, como quando frequenta as aulas nas universidades, sem, porém, perder qualquer oportunidade para mostrar que sabe e que é profundo conhecedor dos assuntos, como quando partiu rumo a África e dissertou sobre a navegação e os termos técnicos que conhecia. Além disso, procurava insistentemente actividades que o confrontassem com o perigo, como a caça, o exercício físico extremo ou a corrida de touros. Finalmente, eram-lhe, ainda, conhecidos, desde muito cedo, os ataques explosivos que tinha, as birras extremas que fazia e a intolerância que demonstrava perante quem o criticava.

Inevitavelmente, a forma de viver de D. Sebastião influenciaria a forma como governava ao país. Assim, terá sido pouco permeável às opiniões de D. Catarina e, progressivamente, de D. Henrique, fazendo e agindo apenas como consideraria mais adequado a cada situação. Aquando do planeamento da primeira viagem que fez ao norte de África, D. Sebastião terá evitado a avó e o tio-avô e saído de Portugal sem aviso prévio, sabendo, com certeza, que estes desaprovavam a sua atitude. A desaprovação dever-se-ia apenas à preocupação de avô/avó? Ou estaria a preocupação

de D. Catarina e D. Henrique sobretudo relacionada com a possibilidade do país ficar sem governante?

Daí que seja interesse retomar o conceito de conduta ordálica, de Charles-Nicolas (1991), que se caracteriza por um constante desafio da morte, como se de uma roleta russa se tratasse. Isto é, o sujeito é levado por um pulsão de morte que o instiga na procura de perigos que validem a sua existência. Para um rapaz a quem tudo é permitido, que não conhece limites para as suas acções, com muitas e grandes ambições, a subida ao poder permitiria a concretização de planos que se aproximavam da megalomania. Se acima dele só Deus, D. Sebastião sentir-se-ia na possibilidade de fazer tudo o que fizesse. Um rei ambicioso, sem limites nos seus planos, e com tendência para agir irreflectidamente e desafiar permanentemente a morte, como se fosse superior a ela, significaria que, inevitavelmente, a imprudência com que agia se traduziria numa governação pouco consistente e perigosa. Terá provavelmente sido isso que o levou a ignorar os conselhos dos avós e a desafiar o seu destino e o destino do país. Esta terá sido uma das principais críticas que lhe foram feitas pelos historiadores e estudiosos de D. Sebastião – a sua conduta irreflectida e a sua falta de preocupação relativamente às consequências dos seus actos.

IV. As relações amorosas ao longo da vida de D. Sebastião

A questão do casamento de D. Sebastião terá sido bastante polémica, na medida em que este mostraria uma recusa permanente em considerar tal hipótese. De facto, a única altura em que se mostrou disponível para negociar tal possibilidade terá sido movido pelo interesse em obter o dote nupcial para investir no empreendimento africano que se encontra a organizar. O rei português nunca demonstrou interesse pelas mulheres, havendo, inclusivamente, vários relatos históricos que afirmam que chegaria a fugir delas.

As relações mãe/bebé pautam-se, segundo Jacobson (cit por Greenberg e Mitchell, 2003) situações frustração e gratificação. A criança irá começar a desenvolver o objectivo de se assemelhar ao objecto que admira. Na mesma altura, começa a fazer uma distinção entre a sua imagem real e a desejada, encontrando reforço na competição que inicia com os seus rivais, nomeadamente o pai. Por outras palavras, a triangulação permitirá que a criança descubra diferenças anatómicas que o

inserir, automaticamente, num grupo de género, o que servirá de reforço para que se identifique com elas. Se este processo falha, isto é, se não há a possibilidade de triangulação, a criança ver-se-á impedida de se identificar ao seu género e, conseqüentemente, de obter uma identidade consistente.

A ausência de triangulação implica o estabelecimento de uma relação de características peculiares, a que Balint (1993) chamou *relações exclusivamente bipolares*, onde o conflito não está presente e, conseqüentemente, não há nada que desperte a criança para o conflito edipiano. Neste sentido, havendo uma relação de bipolaridade com a mãe, ou eventualmente com a avó, sem que houvesse uma terceira pessoa, como o pai, poder-se-ão ter reunido condições para uma perturbação da identidade de género em D. Sebastião.

Por outro lado, as relações de triangulação implicariam a disputa do amor de um dos pais com o outro, resultante do investimento que, neste caso, a mãe fazia nele. No entanto, à falta de investimento externo, falha a procura do amor do objecto e conseqüente conflito edipiano, o que resultará numa falha básica. Esta falha tentará ser reparada e preenchida pelo sujeito, o que implicará um sobreinvestimento narcísico. Assim, o investimento amoroso do sujeito narcísico é feito nele mesmo, sem possibilidade de investir no mundo externo, o que, em última instância, impede que o narcísico se relacione amorosamente. Isto é o mesmo que dizer que o objecto de amor do sujeito narcísico é ele mesmo. Este parecerá ser o caso de D. Sebastião, que se encontraria numa constante busca de gratificação pessoal e, conseqüentemente, falta de capacidade para investir no outro. No amor narcísico não haverá alteridade. Assim como não há relações amorosas na vida de D. Sebastião. A não ser aquela que ele parecia manter consigo próprio.

V. Homossexualidade ou filiação entre D. Sebastião e o padre Câmara

D. Sebastião terá sido criado com a noção de que podia fazer tudo e que tudo o que fazia não tinha qualquer erro. Seria o mais inteligente, o mais astuto, o mais ágil, o mais corajoso. Não haveria ninguém que se lhe comparasse. Todos os comportamentos mais inapropriados lhe eram perdoados. Para ele, não haveria censura e não havia frustrações. Lembre-se que ele tinha nascido com o propósito de

salvar uma nação do perigo da invasão castelhana. Para os portugueses, ele seria o protector do reino, alguém que estaria acima de tudo e de todos, destinado ao sucesso.

Cresceu, porém, sem que ninguém gostasse verdadeiramente dele, porque quem gosta, cuida. E cabe a quem cuida, não só o afecto, mas investir verdadeiramente. Isto é, saber equilibrar o lado afectivo e as regras que as crianças precisam para saber crescer e que, fundamentalmente, são estruturantes da mente. Esta falta de afecto e de ligações emocionais, que Coimbra de Matos (2001) denomina de deficiente organização do investimento narcísico, caracterizaria a personalidade depressiva. Consequentemente, o sujeito terá tendência a sobre-investir no seu self, ao mesmo tempo que recorre pouco aos sentimentos e age com a deliberada intenção de seduzir o outro, o que, em última instância, lhe dá poder e controlo (Lowen, 1983).

O núcleo do sofrimento depressivo é o sentimento de falta de afecto, de carência afectiva. É esse sentimento de que a vida foi e é pobre de afecto, em que no balanço entre a tristeza e a alegria o volume da primeira se mostra sempre como maior (Coimbra de Matos, 2001).

Trata-se de uma situação permanente de depressão narcísica ou depressão de inferioridade, em que o indivíduo é dominado por um sentimento mais ou menos permanente de frustração e de não-realização dos seus planos e projectos. Não obstante, sente-se sempre frustrado, porque, em grande parte das vezes, o seu desejo é onnipotente, de uma enorme ambição, e, portanto, de difícil concretização. Portanto, na depressividade há uma situação de frustração, de falta do desejado; e não bem uma situação de perda.

Talvez a relação que mais se tenha destacado para ele fosse a que estabeleceu com o padre Luís Gonçalves da Câmara. Este, quando foi escolhido para o cargo, não se mostrou disponível para o assumir, alegando que não apreciava o ambiente característico da corte. Além disso, ele tinha sido anteriormente responsável pela educação do infante D. João, pai de D. Sebastião.

Será razoável colocar-se a hipótese de o padre Câmara não querer responsabilizar-se por D. Sebastião, depois de ter passado pela morte do seu pai? O cargo de instrutor implicaria que estivesse constantemente presente na vida do seu discípulo, tornando-se, inevitavelmente, um confidente seu e, desenvolvendo, como consequência, uma relação de grande proximidade. O padre abandonou o seu posto

junto do infante D. João, quando foi chamado pelo chefe da sua ordem para ocupar um cargo elevado no Conselho Supremo da Companhia de Jesus, em Roma. Não obstante, para o padre Câmara, a morte do pai de D. Sebastião deverá ter sido um acontecimento doloroso.

O padre Câmara terá provavelmente representado para D. Sebastião a ligação mais próxima que podia ter com o seu falecido pai, tendo em conta que o padre seria a pessoa que melhor o conhecia. Por outro lado, o facto de ser filho de alguém de quem o padre muito gostaria, terá feito com que tivesse, desde o início das suas funções, uma maior permeabilidade ao estabelecimento de um vínculo afectivo mais profundo.

De facto, à medida que foi crescendo, D. Sebastião ter-se-á progressivamente afastado dos avós, que tentavam a todo o custo exercer a maior influência possível junto dele. No entanto, ele nunca se terá afastado do padre Câmara. Pelo contrário, quando este foi novamente convidado a dirigir-se a Roma, o que implicaria o abandono da corte portuguesa, D. Sebastião não o terá deixado ir. Apesar de não ter gostado da decisão que o rei tinha tomado, o padre Câmara não a contestaria.

Contrariamente, a relação que teria com a avó seria marcada por um contraste grande, num registo anaclítico: entre momentos de grande proximidade, que depois se tornariam sufocantes, e que fariam com que D. Sebastião sentisse a necessidade de se afastar. No entanto, quando o afastamento se tornava insuportável, ele reaproximar-se-ia novamente.

Colocar-se-á, então a questão: se a relação que D. Sebastião tinha com D. Henrique, se caracterizava por momentos de aproximação e momentos de grande afastamento, seria esta relação, que tinha com o padre Câmara, uma relação de filiação ou seria de um carácter mais erotizado?

A possibilidade de D. Sebastião ter sido abusado sexualmente pelo padre Câmara tem despertado muito interesse, tendo sido discutida por vários historiadores e estudiosos de D. Sebastião. De facto, a doença de D. Sebastião, cujo diagnóstico não é passível de consenso, tem sido relacionada com a gonorreia, doença sexualmente transmissível de que sofria o padre Câmara. No entanto, e apesar das semelhanças entre os sintomas das duas patologias, não haverá garantias que a doença de D. Sebastião fosse essa.

A morte do padre terá sido, juntamente com a de D. Joana, sua mãe, a morte que mais terá afectado D. Sebastião. O período que se seguiu à sua morte, terá sido passado em isolamento absoluto, tendo-se D. Sebastião alegadamente fechado num mosteiro durante vários dias consecutivos.

Em D. Sebastião estará presente um constante medo de desmantelamento, consequência da consciência do prenúncio da depressão primária, aproximando-se do sujeito narcísico quando se socorre de um conjunto de mecanismos defensivos que permitem a manutenção da sua integridade psicológica, nomeadamente o controlo, a grandiosidade e a desvalorização. Por isso, Sá (2007) afirma que a patologia narcísica terá como pano de fundo um quadro depressivo. Para D. Sebastião a perda da pessoa que, provavelmente, terá sido a mais próxima de si, terá sido, por isso, muito significativa, nomeadamente por significaria que estava mais sozinho, provocando provavelmente um aumento do sentimento de abandono. D. Sebastião ficou, assim, sem o homem que teria sido a sua figura parental.

D. Sebastião não teria conhecido muitas manifestações de afecto, o que em última instância resultou numa falha básica, que procurou compensar através de um sobreinvestimento no seu self. Consequentemente, o investimento que faria em si mesmo, na sua realidade interna, seria muito superior ao que fazia na realidade externa. E, quando o fazia, fazia como forma de encontrar eco do seu narcisismo. Uma dos mecanismos de defesa que utilizaria seria a contenção das emoções, que permitia o distanciamento relativamente a possíveis traumatismos. As emoções contidas ir-se-iam acumulando dentro dele, fazendo cada vez mais pressão dentro dele mais para se exprimirem – isto é, quando mais o sujeito procura reprimir as emoções, maior necessidade terá de as exteriorizar, tratando-se este de um processo cumulativo.

Não será, pois, difícil de perceber como é que, em última instância, os conflitos psíquicos de contenção emocional encontram outras traduções, nomeadamente através da expressão corporal. Em última instância desenvolvem-se patologias psicossomáticas. É frequente, então, que pessoas que fazem grande contenção emocional deixem transparecer no corpo, ou através dele, conflitos internos. No caso dos homens, este conflito poder-se-á traduzir numa ejaculação precoce. Vejamos: a contenção implica um estado de permanente tensão psicológica e física. Quando o sujeito relaxa, perde o controlo das emoções, a contenção diminui,

logo os músculos relaxam e haverá uma manifestação corporal. No caso de D. Sebastião, terá sido a ejaculação precoce.

Esta teoria parece ganhar mais sentido do que a sua molestação por parte do padre Câmara, nomeadamente se se tiver em atenção a forma como D. Sebastião se tornou “parecido” em interesses com o padre, como se de um ídolo se tratasse. Não terá sido, com certeza, por acaso que D. Sebastião se terá armado cavaleiro da Companhia de Jesus, a que o padre Câmara pertencia, pouco depois da sua morte, como se, no fundo, o estivesse a substituir.

VI. Filipe II

Desde sempre, o reino de Portugal, não só pela sua localização geográfica, mas também pelas conquistas que os portugueses foram acumulando ao longo dos séculos, foi muito cobiçado, nomeadamente pela vizinha Castela. Assim, a ambição de Castela de conquistar Portugal era antiga e, portanto, não seria exclusiva de Filipe II.

A relação que Filipe II estabeleceu com D. Sebastião foi sempre condicionada por protocolos e, sobretudo, interesses políticos; e marcada por constantes tentativas, por parte de Filipe, de controlar o que se passava em Portugal, nomeadamente interferindo na forma como o sobrinho governava. Através de muitos movimentos muito meticulosos, Filipe II parecia querer demonstrar ao sobrinho que ele sozinho (isto é, sem a ajuda dele) não era capaz de governar o país e, conseqüentemente, não estaria à altura do cargo que ocupava.

Filipe II fez com o filho aquilo que o seu pai fez com a sua avó: fechou-o numa prisão, impedindo-o de contactar fosse com quem fosse. Desta vez, porém, o infante Carlos não demorou 50 anos a morrer – morreu 6 meses depois de ter sido aprisionado.

Embora com algumas diferenças, este encerramento do infante Carlos, tal como aquele de que tinha sido vítima a sua bisavó, resultou de uma estratégia política que procurava reforçar a posição de Filipe II à frente de um reino que não pretendia partilhar.

A forma como o tio agia terá desencadeado em D. Sebastião angústias

persecutórias, que se traduziriam, na prática, numa permanente desconfiança em relação a tudo o que o tio fazia. Além disso, tendo em conta a forma como Filipe II terá manipulado D. Joana e D. Catarina, de forma a concretizar os planos que tinha, terão contribuído para que desenvolva-se, em D. Sebastião, a raiva narcísica. Isto seria uma reacção contra um ataque externo ao seu narcisismo, contra alguém que punha em causa a sua identidade, que por ser difusa, se tornava mais permeável a um desmantelamento.

VII. Os Reis de Portugal

O quase-nada objectal de D. Catarina (de que se falou anteriormente) ter-se-á repercutido em D. Sebastião, na medida em que, na incapacidade de investir no neto, impediu que este tivesse referências securizantes. De facto, quando, ao longo do seu crescimento, todos aqueles a quem se poderia confiar terão tido, em relação a si, outras intenções manipulatórias, que não exclusivamente aquelas que serão de esperar de quem promove em nós vínculos seguros, a tendência será, inevitavelmente, uma impossibilidade de investimento externo em detrimento de um interno, como movimento reparador. Torna-se, então, impossível crescer dominado por um equilíbrio instável entre emergências persecutórias e esboços de vinculação segura. Situação que Bion (cit por Sá, 2007) chama de um *equilíbrio precário entre psicose e de pressão*. Compreendendo esta teia de relações como uma falha básica, talvez se perceba melhor aquilo que Balint (1993) quererá dizer quando referia o narcisismo como forma de escora da falha do amor de objecto.

E se imaginarmos o ideal do eu de D. Sebastião: quem nele se configura? Tratar-se-ia de um ideal do eu ou de um eu ideal? Que papel terão tido para si os reis de Portugal que insiste em exumar? Exumar o pai, mais do que matá-lo, não poderá ser sentido como uma forma mais perversa de complexo de Édipo?

O infante D. João, pai de D. Sebastião, foi, desde sempre, uma criança de saúde frágil, o que, paralelamente com o facto de todos os seus oito irmãos terem morrido bastante jovens, terá feito com que houvesse sempre à sua volta uma nuvem de preocupação. Seria o único filho vivo, mas, conseqüentemente, o único descendente do trono português. Desde cedo, o pai de D. Sebastião teria um temperamento difícil, sendo-lhe frequentes ataques de cólera e de fúria. As constantes

doenças de que sofria e, que certamente aterrorizavam aqueles que o rodeavam, serviriam de justificação para as repetidas desculpabilizações do seu comportamento. Terá, assim, crescendo alternando as doenças com comportamentos extremos.

Aos 14 anos, casou-se com D. Joana, mas só aproximadamente um ano depois é que a conheceu pessoalmente e o casamento foi consumado. A relação entre os dois foi desde cedo muito tempo, onde a sexualidade assumia um papel de destaque. A exuberância da relação foi apontada como a causa da morte prematura do jovem. Terá sido uma das razões que o afastava das companhias femininas? O desejo de ser diferente do pai? O pai seria, talvez, um homem que se teria entregue ao prazer com pouco interesse relativamente ao governo do país. A sua morte prematura, aliada ao carácter grandioso e megalómano de D. Sebastião, terão feito com que, sob a máscara de castidade, tentasse escapar a essa mesma sorte. Ele não aguentaria passar mais ou menos despercebido – teria de ser o maior e o melhor, precisaria de se destacar.

À falta de modelos de referência masculina que fossem gratificantes, sobretudo de um à imagem de um pai a quem pudesse aspirar, D. Sebastião parece ter procurado esses modelos nos reis de Portugal, tendo-o levado, aquando das suas viagens pelo país, a abrir dos seus túmulos. Afonso II, Afonso III e João II terão sido os reis que mais marcaram D. Sebastião.

O reinado de Afonso II caracterizou-se por uma defesa do poder régio, também a partir da diminuição do poder clérigo e pelo lançamento precoce das bases de uma política de centralização jurídico-administrativa. Não se destaca pelo expansionismo, a não ser a conquista de Alcácer do Sal. No entanto, foi inovador quando confiou as conquistas ultramarinas e a sua gestão às ordens militares. Por outro lado, D. Afonso III ter-se-á destacado pelo esforço de coesão da nobreza à volta de objectivo comum, estabelecendo, assim, uma política de equilíbrio social. Foi ele quem expulsou definitivamente os mouros do Algarve. Por fim, D. João II aplicou uma política de centralização do poder régio, para que pudesse impor o absolutismo. Além disso, patrocinou as importantes viagens de Diogo Cão e de Bartolomeu Dias.

Estes são reis que se destacarão por uma política quase narcísica, em que se assumiram como figura e autoridade política absoluta do país, apesar de não terem favorecido o expansionismo português, fizeram importantes conquistas. Não será, então, por acaso que D. Sebastião se identificava com estes reis, e não outros,

parecendo, no entanto, ainda evidente a necessidade que terá demonstrado em ainda ultrapassar estes reis, indo onde eles não foram: África.

Apesar de D. Sebastião não ter mandado abrir o túmulo de D. Pedro nem o de D. Inês de Castro, ter-se-á aproximado dos mesmos e repreendido o falecido rei. Lembre-se que Pedro I casou-se secretamente aos 16 anos com D. Inês de Castro, tendo assumido o matrimónio apenas quando se tornou rei de Portugal. A sua mulher terá sido mandada assassinar pelo seu pai, D. Afonso IV, o que fez com que se rebelasse contra ele, embora eventualmente tenha voltado a atrás. Esta atitude de D. Sebastião mostrará o seu falso martírio pelo país. Isto é, embora D. Sebastião aparentasse ter os interesses do país acima dos seus, só tê-lo-á feito sobretudo para proveito pessoal e reforço da sua auto-imagem.

Finalmente, São Sebastião, o mártir que terá sido quem influenciou o nome de D. Sebastião, terá sido um soldado que se teria alistado no exército romano, com o objectivo de reforçar a força cristã, que teria sido abalada devido às constantes torturas de que os cristãos eram alvo. Terá sido, então, nomeado capitão da guarda pessoal dos imperadores Diocleciano e Maximiliano, que reclamariam constantemente a sua presença. No entanto, a forma cuidada com trataria os presos cristãos terá feito com que fosse julgado como traidor e, conseqüentemente, condenado à morte. Deveria, então, ser executado utilizando flechas. Pensando-se que teria morrido, terá sido, posteriormente, atirado ao rio. No entanto, São Sebastião não tinha morrido. Apresentou-se novamente ao imperador Diocleciano, que determinou que deveria ser espancado até à morte. Mas não morreu. São Sebastião terá morrido trespassado por uma lança.

Terá sido uma destas flechas que o papa Pio IV ofereceu a D. Sebastião para que a pudesse exibir na igreja que estava a construir em homenagem a este mártir cristão. Não será, portanto, descabido considerar-se a hipótese de D. Sebastião, acreditando que a sua conduta não teria limites e que não falharia, também ele conseguiria superar a morte e resistir aos mais certos dos desfechos. Terá sido talvez por isso que D. Sebastião se tenha precipitado e conduzido um exército tão inexperiente, tendo-o como capitão, igualmente sem experiência, para combater no norte de África. D. Sebastião nunca terá equacionado a possibilidade de falhar na sua investida africana, porque, na realidade, ele não saberia o que isso era, uma vez que nunca lhe teria sido dada essa hipótese.

VIII. Luto de D. Catarina

No caso de D. Catarina, o luto teve a sua origem no conjunto de traumatismos que sofreu enquanto criança, até aos 18 anos, enquanto viveu encarcerada com a mãe, tendo-se perpetuado com as perdas constantes que sofreu – a morte do marido e a morte dos seus nove filhos.

Esta dor hemorrágica que teria, e que parecia não ser possível escorar, seria uma forma de morrer aos bocadinhos. Isto é, cada abandono que sofria ia deixando uma ferida cada vez maior dentro dela e que, a certa altura, as feridas seriam de tal forma que parecia que a impediam de se descentrar do seu sofrimento e ter em consideração a alteridade.

Para uma pessoa que se confronta quase que permanentemente com a perda de alguém próximo (mãe, filhos, marido, etc.), seria de esperar que se agarrasse à única pessoa que ficou por perto – o neto. Mas não é isto que acontece. Há uma dificuldade ou impossibilidade por parte de D. Catarina para se relacionar com D. Sebastião.

Quando ficou sem o marido, D. Catarina ficou mais só do que nunca. Podia apenas contar com D. Sebastião, como o familiar próximo. Em princípio, alguém que está tão só e necessitada de afecto deveria investir no neto, como investiria no próprio filho. Mas ela é incapaz de se relacionar afectivamente com ele.

Para D. Catarina, D. Sebastião aparece como um objecto narcísico, em que investe só o necessário para que se sinta valorizada. Ou seja, não o vê como um ser à parte e com necessidades próprias, mas como agente que permite a sua própria gratificação. Esta dificuldade em compreender o outro e as suas necessidades traduz-se, segundo Sá (2003), na falha básica sempre presente na vida de D. Sebastião. A palavra “falha” foi utilizada por Balint (1993) para descrever uma lacuna (que não é uma pulsão nem um conflito), uma falha, na mente, que necessita ser reparada. É algo que o sujeito sente que falta na sua vida e que provavelmente sempre faltou. Esta é uma falha “básica” porque é algo que está inerente à complexidade do indivíduo, que se prolonga a toda a estrutura psicobiológica do sujeito.

Na origem desta falha básica, podem estar factores como grandes necessidades biopsicológicas da criança (causa congénita); carências no cuidar, ou num cuidar deficiente, aleatório, minado por angústias, superprotector, severo e rígido (causas ambientais) (Balint,1993). Este cuidador será incapaz de investir de afectos o sujeito, o que implica que, posteriormente, o sujeito terá a necessidade de encontrar o que faltou nessa relação (no caso de D. Sebastião, com a mãe e os avós). No entanto, sem ser investido como objecto (amor objectal) não é capaz de investir nos outros. Consequentemente, fecha-se sobre si próprio e torna-se o seu próprio objecto de amor – ao que se chama narcisismo.

No fundo, ao abandoná-lo, e ao trocá-lo por Filipe, inquinou o crescimento de D. Sebastião com uma falha básica que ele tentou livrar-se através de feitos grandiosos.

IX. Um crescimento coagido por D. Catarina e por D. Henrique

A forma como os pais se relacionam enquanto casal determina a forma como estes se relacionam com a criança (Sá, 2009). No caso de D. Sebastião, as figuras que, na sua vida, mais se assemelhavam a uma figura materna e a uma figura paterna seriam D. Catarina e D. Henrique, respectivamente. Todavia, essa seria uma triangulação impossível, entre duas personagens que pareciam querer influenciar e manobrar mais do que educar, sem que se vislumbassem em ambos objectivos que convergissem de forma benigna para o jovem rei. Essa pseudo-triangulação desorganizadora, tê-lo-á colocado, quiçá, no meio de um conflito de lealdades, impedindo-o de se identificar a um ou a outro. Consequentemente, não seria possível a criação de uma identidade própria e de um sentimento de integridade.

De facto, neste caso estaríamos perante aquilo a que Erikson (1968, cit por Sá, 2007) chama *identidade difusa*. Ou seja, não há uma integração das diferentes características do self, que se encontram separadas em ilhas. A apreensão que o sujeito faz de si mesmo não é integrada, logo é incompleta. Estes núcleos que não interagem resultam da limitação pobre dos contornos do eu que, para impedirem a descompensação psicótica, se tornam mais enevoados. Esta identidade difusa, que se organiza a partir de arquipélagos psíquicos, leva a um relacionamento que varia entre angústias àgora e claustrofóbicas.

Para além do mais, aqui parecem observar-se duas relações duais mais do que uma relação triangular: D. Catarina e D. Sebastião; D. Henrique e D. Sebastião; e D. Catarina e D. Henrique. D. Sebastião servia como possibilidade de D. Catarina e de D. Henrique projectarem massivamente todas as experiências de sofrimento, que não foram capazes de integrar. D. Sebastião ter-se-á sentido desorientado e perdido, uma vez que estas representações contraditórias levantam conflitos no psiquismo do mesmo, impedindo-o de se posicionar perante o conflito, ao mesmo tempo que favorece a depressividade.

Para se defender, e impossibilitado de se identificar com qualquer um dos dois, recorre a uma relação simbiótica. Na ausência de identificação recorre-se à simbiose. A este tipo de relação chamou Green (1990) de psicose fria, isto é, uma relação que, nos seus aspectos relacionais, teria os índices de desorganização duma psicose, sem que, todavia, no registo dos sintomas que a caracterizam, ela não fosse assim. Ironicamente, o luto patológico de terão padecido D. Joana e D. Catarina terá inquinado o crescimento de D. Sebastião. Só assim se perceberá a perda precoce dos seus pais, sem reparação palpável nos seus substitutos, D. Catarina e D. Henrique. No caso da mãe, a perda assumirá contornos mais cruéis, na medida em que depois de ter abandonado o filho em Portugal se dedicou à educação do seu sobrinho, o infante Carlos.

O narcisismo implica o amor do sujeito por si mesmo, contrariando a ideia de amor objectal. As relações com os outros parte do investimento que é feito no bebé. De facto, para que ele se possa amar a si mesmo, será necessário que seja amado primeiro. Só este processo permitirá que o sujeito invista, mais tarde, no outro. Mas, para isso, será necessário que o sujeito exista dentro do outro, ao que Coimbra de Matos (1997) denominou *constância do sujeito no interior do seu objecto*.

Se isto não acontece, isto é, se não há um investimento inicial no sujeito, ficará um vazio, uma falha básica, que o sujeito tentará preencher, a partir de feitos que permitam a sua valorização. Será isto que terá acontecido com D. Sebastião – a falta de investimento por parte da mãe, do pai e dos avós, terão originado um vazio interno, de difícil preenchimento. Talvez por isso a sua vida se tenha pautado por um conjunto de desejos e atitudes de megalomania.

X. As dimensões superegóicas de D. Catarina e de D. Henrique

Durante o seu desenvolvimento, é essencial que a criança tenha regras que balizem o seu comportamento. Neste sentido, elas são estruturadoras da mente da criança, na medida em que orientam a sua conduta. Se quem gosta, cuida, então também estabelece limites de acção. Isto significa que as barreiras superegóicas sensatas e equilibradas aproximam as pessoas.

Este deverá ser um processo inerente ao desenvolvimento da criança. No caso de D. Sebastião, porém, estas balizas não terão existido. Tendo ele crescido num processo que se assemelha a uma auto-gestão, parecerá não ter havido quem o limitasse. De facto, os limites e os constrangimentos só terão existido a partir do momento em que D. Sebastião se torna rei de Portugal. Mas a preocupação central parece ter sido as consequências dos seus actos no reino e não em relação ao impacto que essas acções poderiam ter para si. Neste caso, a identidade nacional será o elemento fundamental.

D. Catarina e D. Henrique ter-se-ão esforçado por influenciar o máximo possível D. Sebastião; esta parece ter sido, de facto, a sua preocupação fundamental. Sabiam, no entanto, que D. Sebastião raramente escutaria os seus conselhos e que, portanto, faria aquilo que ele considerasse ser a escolha mais adequada. Se assim o era, se D. Catarina e D. Henrique sabiam quais as consequências das suas intervenções junto de D. Sebastião, qual será o papel dos dois no seu desaparecimento em Alcácer Quibir?

D. Sebastião e os avós relacionavam-se de forma conflituosa, em que este se esforçaria por reforçar a sua autoridade política, enquanto D. Catarina e D. Henrique se comportavam como se ele não soubesse o que fazia. Para alguém como D. Sebastião, que acreditava ser detentor da verdade, esta era uma forma de provocação a que respondia fazendo precisamente o contrário do que lhe era aconselhado. Isto não seria, com certeza, desconhecido de D. Catarina e D. Henrique. No entanto, nenhum deles se coibiu de aconselhar o neto a desistir da ideia da conquista africana, mesmo sabendo que isto só iria reforçar a vontade que teria no norte africano. Seria como se multiplicassem os esforços para o convencer a ficar, sabendo que conseguiriam o efeito oposto. Por outras palavras, a conduta dos avós, nomeadamente, em relação à

conduta africana terá servido como grande impulsionador do empreendimento de D. Sebastião no norte de África.

XI.D. Sebastião e o fim do Império

Segundo Klein e Rivière (1937), a primeira reacção ao sofrimento é a projecção. Ou seja, há uma tendência para concentrarmos no outro tudo o que há de mau no mundo e vemos em nós próprios concentradas todas as qualidades e virtudes.

Ao concentrarmos o mal num agente externo a nós, que nos permite defendermo-nos de impulsos agressivos que possamos ter dentro de nós contra nós próprios, fazemos uma projecção e canalizamos toda a nossa agressividade nesse agente. A ameaça deixa de ser interna e passa a ser externa e nós já nos sentimos mais seguros atacando o mal externo.

Haveria dentro de D. Sebastião um jogo de forças que se assemelharia a uma roleta russa. Isto é, estaria permanentemente a desafiar a morte. A isto chamou Klein pulsão de morte. Cada vitória que obtinha, de cada vez que saía vencedor de um desafio, esse triunfo seria uma forma de validar a sua vida.

A forma como desafiaria o destino e a sua sorte aliados à forma distorcida como as atitudes de D. Catarina e D. Henrique serviriam como catalisador para a impulsividade de D. Sebastião, levando-o a agir precipitadamente. Além disso, a falta de balizas de comportamento e conduta, bem como a falta de censura, terão contribuído para que D. Sebastião ignorasse os conselhos dos avós e não ponderasse as consequências dos seus actos. No fundo, as atitudes de D. Catarina e D. Henrique seriam vistas como um desafio à sua conduta. De facto, parecerá que ambos o empurraram para a viagem a África, que culminou com a sua morte.

Além disso, será possível que D. Sebastião achasse que estaria à altura do permanente desafio à morte, assim como São Sebastião, que resistiu à morte repetidamente.

XII. D. Sebastião como peça fundamental na identidade portuguesa

O drama do depressivo está na relação objectal, na qual age como um exilado, sentido falta do que se encontra longe (temporal e espacialmente), o que o impede de investir em relações mais actuais. Isto é, a âncora que o prende ao passado não permite que encontre satisfação no presente e próximo (Coimbra de Matos, 2001). Consequentemente, fantasia o futuro, programando-o para que vá de encontro ao passado e não como algo novo, que lhe permita uma criação diferente e distante do mesmo. O depressivo sofre de nostalgia ou saudade, sendo a sua ilusão de cura a expressão artística e a esperança de que possa vir a recuperar o passado, mecanismo que o impede de cair na verdadeira depressão, que implica a perda (Coimbra de Matos, 2001).

A depressividade é o que ficou de uma relação mal vivida e de um tempo mal aproveitado, num passado incompleto, insuficiente afectivamente. Mas, para o sujeito, não é possível abandonar o passado, porque ficaria como uma cicatriz defeituosa do self, algo que o narcisismo não permite – prefere uma ferida em sangue do que uma marca permanente (Coimbra de Matos, 2001).

E, assim, tal como D. Sebastião, a identidade portuguesa forjou-se na saudade e na recordação constante – não do que poderíamos ter sido – mas do que fomos. De facto, o desaparecimento – raramente assumido como morte – do Desejado é um cunho da identidade nacional, tendo originado o mítico sebastiano. Isto é, a crença de que os portugueses não foram abandonados, sozinhos, pelo seu Rei, de quem tanto esperaram (e que representava a esperança nacional), mas que este iria regressar numa manhã de nevoeiro e nos resgatar de um rei mau, e ainda por cima castelhano.

Os portugueses parecem ter assumido algumas das características da personalidade do seu príncipe perfeito, mantendo com ele uma relação de constante aproximação e, ao mesmo tempo, de algum afastamento. De facto, se o criticam na forma como governou o país e na irresponsabilidade que terá sido pôr a vida em risco, sem se preocupar com a regência do país, depressa se arrependem e lembram apenas a crença, sempre presente, de que regressará um dia.

Os primeiros sinais da imergência de uma corrente que acreditava que o rei ainda estaria vivo ter-se-ão principiado na altura em chegavam a Portugal as primeiras

notícias da batalha e da derrota portuguesa. Na altura, terão aparecido, em diferentes regiões da Europa e África, vários homens que se pensava que fossem o desaparecido rei. Todos eles pareciam ter parecenças físicas com D. Sebastião. Na altura, o futuro do país seria incerto, na medida em que já não tinha rei, mas também não teria ninguém que o pudesse substituir, uma vez que D. Sebastião não tinha deixado herdeiros ao trono. Num clima que seria de uma assustadora incerteza, em que pairava mais do que nunca a ameaça castelhana, sentir-se-ia provavelmente a necessidade de encontrar uma esperança, algo que contrariasse os negros (e incontornáveis) presságios. Esta necessidade de amparo terá empolado as histórias de que o rei teria reaparecido algures num país distante, mas que não estaria morto. Mas os portugueses nunca deixaram de acreditar que o rei desaparecido voltará, um dia.

Num país de poetas e escritores, a história de D. Sebastião adoptou contornos românticos e inspirou grandes obras literárias. D. Sebastião foi e continua a ser cantado por artistas e o mito fundiu-se com a identidade de um povo.

Um dos poetas que se inspirou no desaparecimento de D. Sebastião foi Fernando Pessoa. Também Pessoa acreditaria no regresso de um rei, que se tornou mito, e brada as qualidades de incessante procura e ganância que seriam características de D. Sebastião. Um ser perfeito, roubado, que tal como São Sebastião não morreria facilmente.

Louco, sim, louco, porque quis grandeza
Qual a Sorte a não dá.
Não coube em mim minha certeza;
Por isso onde o areal está
Ficou meu ser que houve, não o que há.

Minha loucura, outros que me a tomem
Com o que nela ia.
Sem a loucura que é o homem
Mais que a besta sadia,
Cadáver adiado que procria?

E assim nasceu a palavra saudade.

Conclusão

Tomando como fio condutor a história e a sua leitura psicopatológica – caminho até aqui traçado – assume-se como inevitável enquadrarmos D. Sebastião, em termos de diagnóstico semiológico. Tomando a DSM IV, eixo II, como referência, se poderá ler à luz da perturbação borderline ou estado limite da personalidade. Esta caracterizar-se-ia por: padrão persistente de instabilidade no relacionamento interpessoal, na auto-imagem e nos afectos, e impulsividade demarcada (pela presença inequívoca de: 1. esforços desesperados para evitar o abandono real ou imaginado; 2. padrão de relações interpessoais ou intensas caracterizadas por alternância entre extremos de valorização e idealização; 3. impulsividade; 4. raiva intensa ou dificuldades em controlá-la; 5. ideação paranóide reactiva ao stress) (APA, 2000). Já a partir de um diagnóstico estrutural confirmamos a estrutura borderline caracterizada por: angústia de separação; fantasia de loucura ou incontinência pelo agir; depressão anaclítica com pensamento mágico ou simbolismo arcaico; relação de objecto anaclítica ou narcísica; e de componentes psicossomáticas prevalentes no sistema digestivo, visão e audição; sendo os acting's por impulso com projecção da culpa (Sá, 2003 e 2009). Numa aproximação mais fina, recorrendo ao diagnóstico dinâmico, aproximamo-nos da patologia narcísica.

O sujeito narcísico caracteriza-se - em termos macroscópicos - por um exibicionismo de tom maníaco alternante com episódios de depressão e letargia; uma fantasia de grandiosidade, com grande impulsividade, baixa tolerância à frustração e à ansiedade. Em vez de um ideal do eu – que seria uma condensação da idealização das imagos parentais – o sujeito narcísico parece refugiar-se num eu ideal, acompanhado por episódios de fobia narcísica (Sá, 2009) que, em D. Sebastião seria substituída por estratégias de evitamento que desencadeariam fugas para a frente, cuja mais relevante será a Batalha de Alcácer Quibir. As relações que promove e nas quais se envolve encerram um tom anaclítico, marcadas pela angústia de perda do objecto, e onde se cria uma clivagem entre idealização e desvalorização, sendo que, por isso, as relações serão superficiais (Sá, 2007).

Deste modo, e olhando, atentamente, os sujeitos de estrutura borderline percebemos que parecem ser incapazes de apreender o objecto na sua totalidade,

recorrendo ao que Sá (2007) chama de unificação patológica, das diferentes qualidades do objecto, a partir da clivagem em duas ilhas distintas, com identificações positivas e negativas, defendendo-se, assim, da generalização da angústia. Similaridade irrevogável a D. Sebastião.

D. Sebastião seria marcado por grandes oposições – entre a forma humilde e austera como se vestia e a exuberância com que exibia o seu, suposto, saber, por exemplo; o modo como oscilaria entre manifestações de adulação popular e períodos de evitamento e isolamento; a dependência – que encerra em si o paradoxo da incapacidade de se viver *com* e viver *sem* o objecto - relativa às suas relações de referência.

A sua morte trágica e inesperada em África gravaria um cunho na identidade portuguesa: a saudade, enquanto depressão nostálgica pela idealidade perdida, terá marcado, para sempre, o imaginário português, como se todo o crescimento representasse, mais que um amor pelo futuro, uma dor depressiva por um passado grandioso, para sempre perdido.

Referências Bibliográficas

- Balint, M. (1993). *A Falha Básica – Aspectos Terapêuticos da Regressão*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Baños-Garcia, A. V. (2006). *D. Sebastião, Rei de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Bion, W. (1954). Diferenciação entre personalidade psicótica e personalidade não-psicótica, in *Melanie Klein Hoje*, vol. I. Rio de Janeiro: Imago.
- Charles-Nicolas, A. (1991). Toximanias e patologia do narcisismo. *Narcisismo e Estados-Limite*. Lisboa: Escher.
- Coimbra de Matos, A. (1997). Narcisismo e Depressão. *Revista Portuguesa de Psicanálise*, nº 16, 19-25.
- Coimbra de Matos, A. (2001). *A Depressão*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Cruz, M. A. L. (2006). *D. Sebastião*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Fairbairn, R. (1946). Relações de objecto e estrutura dinâmica. *Estudos Psicanalíticos de Personalidade*. Lisboa: Biblioteca de Psicanálise.
- Freud, S. (1987). *Obras psicológicas completas*: edição standard brasileira. 23 volumes. Rio de Janeiro: Imago.
- Green, A. (1990). *Conferências brasileiras*. Rio de Janeiro: Imago.
- Greenberg, J. R. e Mitchell, S. A. (2003). Relações de Objecto na Teoria Psicanalítica. Lisboa: Climepsi Editores.
- Grinberg, L. (2000). *Culpa e Depressão*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Kernberg, O. (2006). *Agressividade, Narcisismo e Auto-destrutividade na Relação Psicoterapêutica*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Klein, M. e Rivière, J. (1937). *Amor, Ódio e Reparação – As Emoções Básicas do Homem do ponto-de-vista Psicanalítico*. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda.

- Lowen, A. (1983). *Narcisismo – Negação do verdadeiro self*. São Paulo: Editora Cultrix.
- Pereira, J. C. (1985). *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa.
- O’Shaughnessy, E. (1992). Psicose: o não pensar num mundo bizarro, in *Conferências Clínicas sobre Klein e Bion*, cap 7. Rio de Janeiro: Imago.
- Sá, E. (2007). *Patologia Borderline e Psicose na Clínica Infantil*. Lisboa: ISPA.
- Sá, E. (2009). *Esboço para uma nova psicanálise*. Lisboa: Fim de Século.
- Yin, R. (2002). *Estudo de Caso - Planejamento e Métodos*. São Paulo: Bookman.

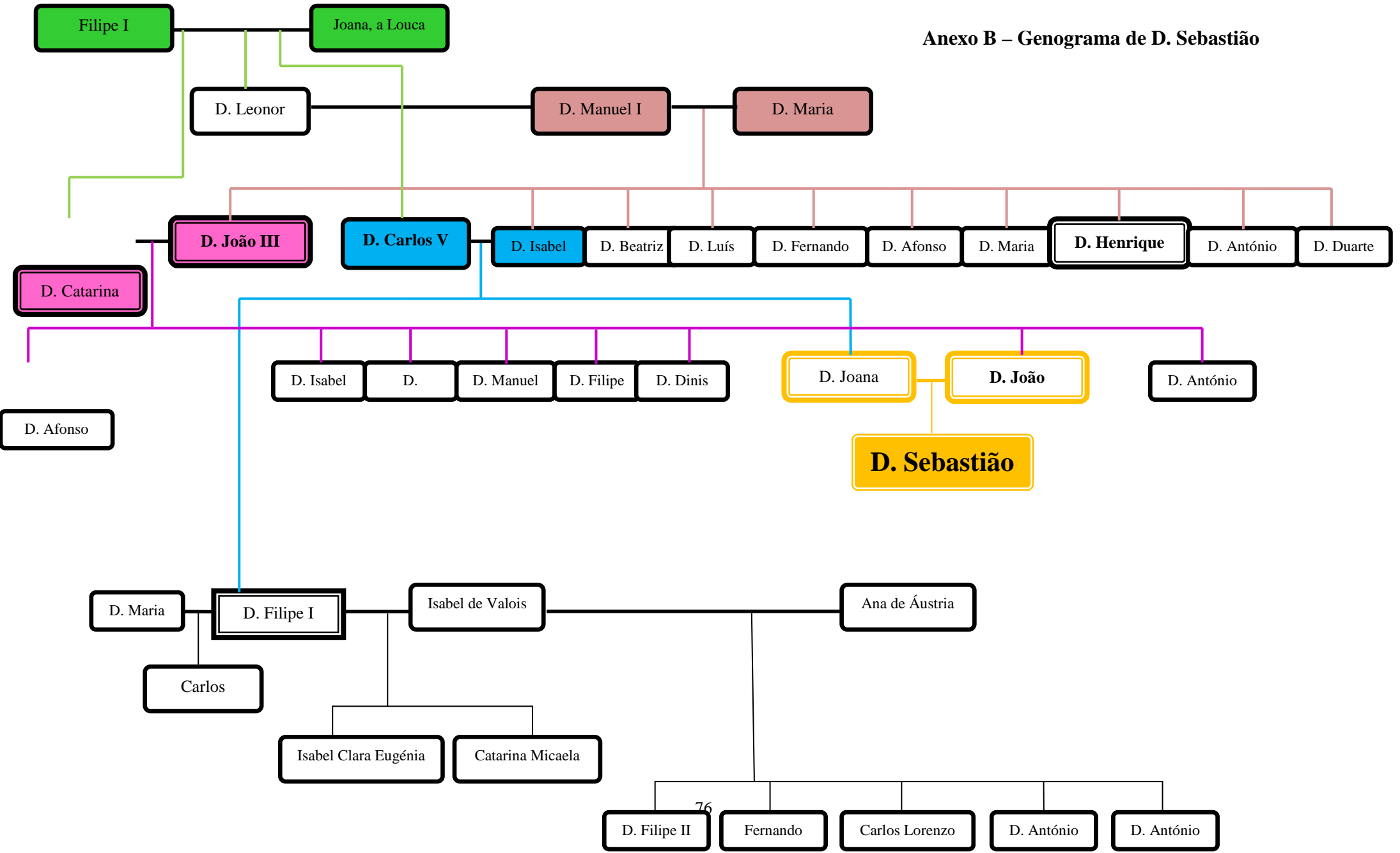
Anexos

Anexo A - Os Reis de Portugal que antecederam D. Sebastião

	Período de Reinado	Reis Portugueses	Cognomes	Principais acontecimentos dos Reinados
Dinastia Afonsina	1143 - 1185	D. Afonso I (ou Henriques)	O Conquistador	Armado cavaleiro aos 13 anos, foi o responsável pela independência do reino de Portugal, que implicou que lutasse contra a mãe. Além disso, lutou para se distanciar dos planos do primo castelhano para Portugal.
	1185 - 1211	D. Sancho I	O Povoador	Reinado marcado por um intenso desenvolvimento de actividades bélicas e por uma política militar ofensiva.
	1211 - 1223	D. Afonso II	O Gordo	Reinado que se caracterizou por uma defesa do poder régio e pelo lançamento precoce das bases de uma política de centralização jurídico-administrativa. Não se destaca pelo expansionismo, a não ser a conquista de Alcácer do Sal. Confiou as conquistas e a sua gestão às ordens militares.
	1223 - 1248	D. Sancho II	O Pio	Foi o responsável pela delimitação do território a sul do país. Protagonizou conflitos com bispos, durante um reinado com muitos conflitos internos. Foi criticado pela falta de capacidade de governação e falta de autoridade. Foi deposto pelo Papa.
	1248 - 1279	D. Afonso III	O Bolonhês	Reinado que se destacou pela pacificação da nobreza, unindo em torno de objectivo comum. Estabelecimento de uma política de equilíbrio social. Reestruturação da realidade económica do país.
	1279 - 1325	D. Dinis	O Agricultor	Governou Portugal durante 46 anos. Preocupa-se com o estabelecimento de limites fronteiriços entre Portugal e Castela, que culmina na criação de uma ordem militar exclusivamente portuguesa – a Ordem de Cristo. Estabelecimento de uma política de desenvolvimento da agricultura, bem como redistribuição geográfica da população. Criou uma universidade e, através do direito, criou um conjunto de funcionários administrativos. Conferiu ao reino o estatuto de país, um dos factores que testemunham a sua grande capacidade de governação.
	1325 - 1357	D. Afonso IV	O Bravo	Enquanto infante, este rei protagonizou uma revolta contra o pai, tendo como mote o excesso de privilégios da nobreza. Envolve-se numa batalha contra Castela que durou 3 anos, que interrompeu para fazer frente aos ataques islâmicos. Desenvolve uma política que tinha o objectivo de controlar os gastos da aristocracia. Além disso, procura fomentar uma política mercantil nas grandes cidades.
	1357 - 1367	D. Pedro I	O Justiceiro	Casou-se secretamente aos 16 anos. A sua mulher foi mandada assassinar pelo seu pai, o que fez com que se rebelasse contra o pai, embora eventualmente tenha voltado a atrás. Caracterizou-se pela procura incessantemente de justiça.
	1367 - 1383	D. Fernando	O Formoso	Tendo subido ao trono com 22 anos, este rei inicia uma guerra com o rei de Castela, questionando a sua legitimidade para subir ao trono castelhano. Responsabilizou a nobreza pelos empreendimentos bélicos. Durante o seu reinado, Portugal é invadido pelos castelhanos, sem que o país ofereça qualquer resistência. Consequentemente, assina, com Castela, um novo acordo de paz. Reinado marcado por manifestações públicas contra a política governativa.

Dinastia de Avis	1385 - 1433	D. João I	O Da Boa Memória	Armado cavaleiro da Ordem de Cristo aos 6 anos, foi Mestre de Avis, e foi-lhe confiada regência do reino, durante três anos. Em 1385, é aclamado Rei de Portugal. As relações com Castela foram, durante o seu reinado, muito conturbadas. Assinou dois contractos distintos que estabeleciam a paz entre Portugal e Castela. Envolve-se na conquista de Ceuta.
	1433 - 1438	D. Duarte	O Eloquentes	Reinou apenas cinco anos. Foi responsável, enquanto infante, pela política expansionista em Marrocos, juntamente com o pai. Contribuiu para a consolidação da região fronteiriça com Castela.
	1438 - 1481	D. Afonso V	O Africano	Tornou-se rei aos 14 anos. Uma das críticas mais fortes que lhe foi feita foi a sua permeabilidade a interesses das pessoas que o rodeavam e, conseqüentemente, a sua fraca capacidade administrativa, o que quase resultaria numa guerra civil. Desenvolveu uma política de ocupação africana.
	1481 - 1495	D. João II	O Tirano	Aplicou uma política de centralização do poder régio, para que pudesse impor o absolutismo. Patrocinou as viagens de Diogo Cão e de Bartolomeu Dias. Pouco antes de morrer, estabeleceu que D. Manuel I seria o seu sucessor.
	1495 - 1521	D. Manuel I	O Venturoso	Determinou a expulsão dos judeus que se recusassem a converter ao cristianismo. Estabeleceu a Inquisição e um absolutismo régio. Reformulação da universidade. Reinado que se destacou pelas conquistas ultramarinas, incluindo a viagem de Vasco da Gama. Foi nesta altura que as terras Portugal se estenderam, a partir da implementação de uma política expansionista.
	1521 - 157	D. João III	O Piedoso	Reinado marcado pela fundação da Inquisição, a reforma da Universidade, a formação do Colégio das Artes, a introdução da Companhia de Jesus no país, a adopção do ideário da Contra-Reforma e a progressão e asfixia do capitalismo monárquico. Foi, também, responsável pela expansão da área colonial portuguesa, para além da África Oriental e Ásia Meridional, Médio e Extremo Ocidente.

Anexo B – Genograma de D. Sebastião



Anexo C - Cronograma dos acontecimentos significativos da vida de D. Sebastião

